

**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO
DO RIO GRANDE DO NORTE**

Rosângela Alexandre Barbosa da Silva

**SAÚDE MENTAL E TRABALHO: UMA ANÁLISE DE PESQUISAS
REALIZADAS COM POLICIAIS MILITARES**

**NATAL/RN
2009**

ROSÂNGELA ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA

**SAÚDE MENTAL E TRABALHO: UMA ANÁLISE DE PESQUISAS
REALIZADAS COM POLICIAIS MILITARES**

**SAÚDE MENTAL E TRABALHO: UMA ANÁLISE DE PESQUISAS
REALIZADAS COM POLICIAIS MILITARES**

Trabalho Monográfico do Curso de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Pessoas apresentada a Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte – FARN em cumprimento do requisito obrigatório para a obtenção do grau de Especialista.

Orientador:

Antônio Alves Filho, Msc.

**Natal/RN
2009**

ROSÂNGELA ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA

SAÚDE MENTAL E TRABALHO: UMA ANÁLISE DE PESQUISAS
REALIZADAS COM POLICIAIS MILITARES



613.67
55831
2009
ex. 01

Catálogo na Publicação – Biblioteca da FARN
Setor de Processos Técnicos

Silva, Rosângela Alexandre Barbosa da

Saúde mental e trabalho: uma análise de pesquisas realizadas com
policiais militares / Rosângela Alexandre Barbosa. – Natal: FARN, 2009.
61f.

Orientador: Antônio Alves Filho (Msc.)

Monografia (Especialização em Gestão Estratégica de Pessoas) –
Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

1. Saúde Mental do Trabalhador – Monografia. 2. Psicologia do Trabalho
– Monografia. 3. Organização do trabalho – Monografia. 4. Polícia Militar –
Monografia. 5. Título – Monografia.

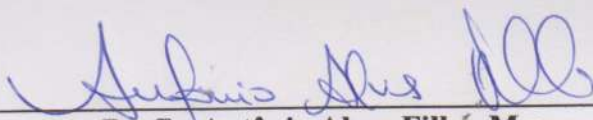
RN/FARN/BC

CDU 159.9:331

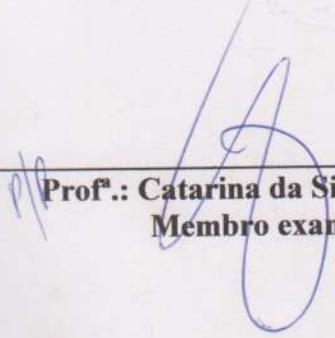
ROSÂNGELA ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA

**SAÚDE MENTAL E TRABALHO: UMA ANÁLISE DE PESQUISAS
REALIZADAS COM POLICIAIS MILITARES**

Monografia do curso de MBA em Gestão Estratégica de Pessoas da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte - FARN, (X) aprovada com a nota: 10,0, () não obtendo aprovação em 07 de 05 de 09, avaliada pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:



Prof.º: Antônio Alves Filhó, Msc.
Orientador



Prof.º: Catarina da Silva Souza, Msc.
Membro examinador

Dedico este trabalho as duas pessoas que sempre estã contribuindo para as minhas realizações profissionais e pessoais, os meus pais José Alexandre e Nádia Regina.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por todas as provações e bens concedidos.

Aos meus pais José Alexandre e Núbia Regina e aos meus irmãos Ricardo Alexandre e Rodrigo Alexandre, pelo apoio, estímulo e colaboração para a concretização desta relevante etapa da minha vida.

A todos os professores do FARN, pela aquisição e aprofundamento dos meus conhecimentos e, em especial, a Antônio Alves que contribuiu para a realização do presente trabalho.

A minha turma da Gestão de Pessoas 84, pelo companheirismo, solidariedade e hospitalidade.

E a todos aqueles que de alguma maneira contribuíram para a concretização deste projeto de vida.

A todos meus familiares.

Dedico este trabalho as duas pessoas que sempre estão contribuindo para as minhas realizações profissionais e pessoais, os meus pais José Alexandre e Núbia Regina.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a **Deus**, por todas as provisões a mim concedidas.

Aos meus pais **José Alexandre** e **Núbia Regina** e aos meus irmãos **Ricardo Alexandre** e **Rodrigo Alexandre**, pelo apoio, esforço e colaboração para a concretização desta relevante etapa da minha vida.

A todos os **professores** da FARN, pela ampliação e aprofundamento dos meus conhecimentos e, em especial, a **Antônio Alves** que contribuiu para a realização do presente trabalho.

A minha **turma de Gestão de Pessoas 04**, pelo companheirismo, solidariedade e hospitalidade.

E a **todos** aqueles que de alguma maneira contribuíram para a concretização deste projeto de vida.

A todos, muito Obrigada!

RESUMO

O despontar da polícia na história está, também, intrinsecamente associado à origem do cumprimento do direito de cada cidadão. No Brasil, o surgimento se deveu a colonização e exploração do país por Portugal. À Polícia Militar cabe o policiamento ostensivo e preservação da ordem pública. O rigor do trabalho prescrito da polícia o submete a uma rígida hierarquia e treinamentos, a comportamentos de submissão e disciplina, podendo ser caracterizado como uma Organização inflexível. Esta inflexibilidade pode produzir sofrimento psíquico, incorrendo no desempenho do exercício profissional, no relacionamento com colegas de trabalho, na Instituição, nas relações familiares, e na sociedade. Este trabalho monográfico, cujo tema é Saúde Mental e Trabalho: Uma Análise de Pesquisas Realizadas com Policiais Militares, tem por objetivo analisar os resultados de dois estudos (intitulados de Trabalho, Sofrimento e Violência: O Caso dos Policiais Militares e Estresse: um estudo entre policiais militares da Paraíba) realizados entre policiais militares, na pretensão de compreender a relação saúde-doença mental no trabalho a partir das teorias da Psicodinâmica do Trabalho e do Estresse. O procedimento metodológico adotado para o desenvolvimento destas investigações foi de caráter bibliográfico exploratório-descritivo, utilizando-se para a coleta de dados fontes secundárias e para o tratamento dos dados o tratamento qualitativo. Assim, identificou-se que as pressões desencadeadas pela Instituição conduzem o militar a elaboração de estratégias defensivas para o prosseguimento da atividade. A violência configurou-se como um mecanismo de defesa utilizado para mascarar uma realidade de trabalho que gera sofrimento. O estresse, que também pode ser consequência das condições de trabalho, foi detectado em uma porcentagem expressiva de policiais. As sintomatologias física, comportamental e emocional do estresse podem afetar substancialmente no desempenho das atividades, incidindo sobre a Organização e a sociedade, bem como interferindo nas relações de trabalho e familiar. Tornando indispensável uma reavaliação do trabalho prescrito da Polícia Militar.

Palavras-chave: Polícia-Militar. Organização do Trabalho. Sofrimento.

ABSTRACT

The dawn in the police history is also intrinsically linked to the origin of the fulfillment of every citizen rights. In Brazil, the rise was due to colonization and exploitation of the country by Portugal. The Military Police rests the ostensible policing and maintaining public order. The accuracy of the work required of the police put a rigid hierarchy and training, the behavior of submission and discipline, can be characterized as an inflexible Organization. This inflexibility can produce psychological distress, incurred in the performance of professional practice, in relationships with colleagues working in the institution, in family relationships, and society. This monographic work, whose theme is Mental Health and Work: An Analysis of Research Conducted with Military Police, aims to analyze the results of two studies (Working title, Suffering and Violence: The Case of Military and Police Stress: a study among military police of Paraíba) made between military polices, as objective to understand the relative health and mental illness at work from the theories of the psychodynamics of work and stress. The methodological procedure adopted for the development of this research was exploratory-descriptive bibliographical character, using to collect data and secondary sources for the treatment of qualitative data processing. Thus, it was identified that the pressures triggered by the institution leading the military to draw up defensive strategies for pursuing the activity. Violence has become a defense mechanism used to mask a reality of work that creates suffering. Stress, which can also be a consequence of working conditions, was detected in a significant percentage of police officers. The physical symptoms, behavioral and emotional stress can affect substantially the performance of activities, focusing on the organization and society as well as interfering in the relations of work and family. Making necessary a reassessment of the work required of the Military Police.

Keyword: Military Police. Organization of Work. Suffering.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA OU OPORTUNIDADE.....	9
1.2 OBJETIVOS.....	11
1.2.1 Objetivo Geral.....	11
1.2.2 Objetivos Específicos.....	11
1.3 JUSTIFICATIVA.....	11
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	12
2.1 A POLÍCIA MILITAR.....	12
2.1.1 Surgimento da Polícia na História.....	12
2.1.2 A Polícia Militar no Brasil.....	12
2.1.3 Bases do Exercício da Atividade Policial.....	14
2.1.4 Prerrogativas da Polícia Militar.....	15
2.1.5 Condições e Organização do Trabalho da Polícia Militar.....	15
2.1.6 A Relevância Social da Polícia Militar.....	18
2.2 O TRABALHO.....	19
2.2.1 Breve Histórico dos Conceitos de Trabalho.....	19
2.2.2 O Sentido do Trabalho.....	23
2.2.3 Organização do Trabalho.....	24
2.3 BREVE HISTÓRICO SOBRE SAÚDE MENTAL.....	26
2.4 SAÚDE MENTAL E TRABALHO.....	29
2.5 A PSICODINÂMICA DO TRABALHO.....	31
2.5.1 O Que é Sofrimento?.....	34
2.5.2 A Ideologia Defensiva.....	37
2.6 ESTRESSE.....	38
3 METODOLOGIA.....	43
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	43
3.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	43
3.3 TRATAMENTO DOS DADOS.....	44
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DAS PESQUISAS.....	45
4.1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA 1.....	45
4.2 DISCUSSÃO E ANÁLISE DA PESQUISA 1.....	47
4.3 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA 2.....	50
4.4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DA PESQUISA 2.....	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

A organização social nos primórdios da civilização pode ser caracterizada como rudimentar. O trabalho estava restrito apenas a colheita de frutos da mata virgem, a caça, e a pesca. Entretanto, no transcorrer do tempo, com a descoberta da possibilidade do cultivo da terra, saindo de uma cultura de subsistência para uma cultura de produto excedente e com o surgimento de instrumentos cada vez mais elaborados para o trabalho, originou-se uma maior complexidade no sistema social e, portanto, passou-se a ter a necessidade de normas, regras, e leis que permitissem a convivência das pessoas em grupos, como também as relações entre os mais diversos grupos.

Assim, a origem da polícia na história está, também, estritamente relacionada ao surgimento das normas, regras, e leis, ou seja, do direito. Com a vivência do homem em grupo foi necessária a criação de normas e, conseqüentemente, do cumprimento do direito, devendo, desta forma, alguém se encarregar dessa missão. Inicialmente ficou sob responsabilidade do chefe e, ulteriormente do Estado. Mas, foi nos tempos dos Césares que despontou uma organização com atribuições, hoje, delegadas a polícia. Esta foi propagada, com o decorrer do tempo, para outras Nações. Desta forma, concebeu-se a polícia como Instituição. Já no Brasil, a sua origem está associada à colonização e exploração do país pelos portugueses, pois na tentativa de propugnar a Colônia das invasões estrangeiras foi enviado para o Brasil o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, juntamente com a sua esquadra constituída pela Tropa de Linha. Tomé de Souza ao incitar a população a defender o território, acabou, posteriormente, propiciando a junção dos esforços individuais formando organizações militares. Assim, na fase do Brasil Colônia constituíram-se a Tropa de Linha, Milícias, e Ordenanças.

No período da Regência – fase em que o Brasil já possuía o seu próprio governo – desencadeou-se diversas revoltas por todo o país, pois a população tinha a concepção de que os Regentes não detinham conformidade com a lei para governar. Diante desta situação, Padre Antônio Diogo Feijó propôs a Regência à formação de um corpo de Guardas Municipais Permanentes no Rio de Janeiro, com a finalidade de aplacar as desordens públicas, o qual foi aceito. Em 1947, a Constituição Federal designou este corpo de Polícia Militar.

À Polícia Militar estão atribuídas as atividades de policiamento ostensivo e a manutenção da ordem pública, estando nestas prerrogativas a relevância social da mesma, visto que, desta forma, a polícia tem como função precaver e coibir as ações criminosas,

auxiliar, prestar assistência, orientar, assegurar os direitos, a proteção da liberdade, segurança e integralidade física e moral do cidadão.

O presente trabalho tem o intuito de analisar os resultados de duas pesquisas desenvolvidas entre policiais militares no Campo da Saúde Mental.

O trabalho está estruturado em 06 capítulos. O capítulo 01, está composto pela problematização acerca da temática retratada, onde foram abordados questionamentos que subsidiaram o desenvolvimento do trabalho, pelo objetivo geral e os objetivos específicos, os quais orientaram a pesquisa, e pela justificativa da realização do trabalho.

O capítulo 02, apresenta o desenvolvimento do estudo do referencial teórico-científico sobre a relação saúde-doença mental à luz da Psicodinâmica do Trabalho e da Teoria do Estresse.

O capítulo 03, descreve sobre os procedimentos metodológicos adotados quanto à caracterização da pesquisa, do instrumento de coleta de dados, e do tratamento dos dados.

O capítulo 04, destaca a apresentação e discussão das pesquisas.

O capítulo 05, trata das considerações finais da pesquisa realizada.

O capítulo 06, aborda as referências utilizadas para o desenvolvimento deste trabalho.

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA OU OPORTUNIDADE

Estudar a saúde mental entre policiais obriga, fazê-lo, considerando que a Instituição Militar funciona inserida em um contexto social, político e econômico, determinados pelo sistema capitalista. Desta forma, seu funcionamento interno e suas funções (externas) são regulados pelos interesses hegemônicos do capitalismo. Assim, as condições e organização do trabalho policial guardam estreitas relações com os conceitos que predominaram e tem predominado no mundo do trabalho nos últimos 100 anos. Portanto, ser um policial é ser um trabalhador e, como a maioria dos trabalhadores, muitas vezes não tem o “direito de opção”, abraçam a carreira de policial militar para fugir do desemprego que nas duas últimas décadas foi patrocinado pelo processo de reestruturação produtiva.

Segundo Leon e Iguti (1999), a reestruturação administrativa e a inserção de modernas tecnologias no mundo do trabalho resultaram em maior produtividade, lucro, todavia, reduziu, reestruturou ou eliminou funções e categorias, deixando o sujeito fora do processo de produção. De acordo com a Organização Mundial do Trabalho (apud LEON; IGUTI, 1999), em todo o mundo, há mais de 800 milhões de homens aptos para o trabalho desempregados ou subempregados. Portanto, o desemprego é um problema que atinge o mundo inteiro e não

apenas o Brasil. A revista *Le Nouvel Observateur* publicou, em novembro de 1992, uma pesquisa de opinião realizada pela revista *Okapi* com crianças francesas, na qual constatou que 40% destas crianças não têm medo de bicho-papão ou pesadelos, mas sim do desemprego. O jornal *O Estado de São Paulo*, em 26 de maio de 1996, publicou uma reportagem de Campos, na qual afirmou que 64% dos trabalhadores temem o desemprego, que a cada três trabalhadores empregados dois tem medo de ficar desempregado. Esta pesquisa foi realizada com 208 paulistanos empregados com carteira assinada (LEON; IGUTI, 1999). Assim, é possível explicar o número de pessoas cada vez mais participando de concursos, uma vez que é alarmante o número de indivíduos que se encontram à margem do mercado de trabalho, passando meses sem oportunidade de reingresso no universo do labor. Fato, este, que reduz a auto-estima do sujeito, visto que perde a participação e identificação com um grupo específico, a posição da força de trabalho, o status de provedor da família, a posição social em sua comunidade, o seu saber específico, restando a esperança de passar em um concurso público, sendo o da Polícia Militar uma opção. Destarte, observa-se que o número de pessoas almejando estabilidade no emprego e financeira (o policial militar ganha aproximadamente três salários mínimos) é cada vez mais crescente, independentemente de suas habilidades, aptidões ou mesmo de interesse pela profissão. Referindo-se a profissão de policial militar, a ausência destes requisitos pode incorrer no desempenho do exercício profissional, desencadeando prejuízos para a Instituição, para a imagem da Corporação e, sobretudo, para a sociedade.

O sistema organizacional da Polícia Militar requer do indivíduo adequação as normas da Instituição, assim sendo, o policial está sujeito a uma rígida hierarquia, a comportamentos de submissão, a rigorosos treinamentos, a condutas disciplinadas, enfim, há uma inflexibilidade neste contexto de trabalho. Esta inflexibilidade é fonte de preocupação para a saúde mental do militar, visto que podem gerar desequilíbrio psíquico e, conseqüentemente, interferir nas relações familiares e de trabalho, na execução de suas tarefas, incorrendo sobre a população, não sendo raro observar comportamentos indevidos frente a transgressores ou não da lei e, até mesmo de execução dos mesmos.

O presente trabalho tem a finalidade de responder os questionamentos abaixo mencionados a partir da análise dos resultados de suas pesquisas realizadas entre policiais militares no campo da Saúde Mental:

- Qual a realidade da atividade desenvolvida pelo policial militar?
- Qual o distanciamento existente entre o trabalho prescrito e o trabalho real do policial militar e suas conseqüências?

- Qual a relação entre saúde-doença mental no trabalho na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho e da Teoria do Estresse?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar os resultados de duas pesquisas desenvolvidas entre policiais militares no campo da Saúde Mental.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Estudar a realidade da atividade da polícia militar.
- Analisar o distanciamento entre o trabalho prescrito e o trabalho real do policial militar e suas conseqüências.
- Analisar a relação saúde-doença mental no trabalho a partir de alguns achados da Psicodinâmica do Trabalho e da Teoria do Estresse.

1.3 JUSTIFICATIVA

A realização deste trabalho surgiu da motivação de contribuir para o aprofundamento e acúmulo de conhecimentos teórico-científicos já produzidos no campo da relação saúde mental-trabalho e, de forma específica do trabalho policial e, assim, possibilitar uma outra perspectiva do trabalho da Polícia Militar, incitar reflexões a respeito desta profissão, uma vez que mostra a rigidez da organização do trabalho, das pressões que estão submetidos, de que o próprio policial é uma vítima do seu trabalho. Permitindo, desta forma, uma outra imagem do trabalho do militar, dando abertura para maiores interesses por esta profissão, pois pesquisas indicam que esta profissão possui um nível de rejeição que só perde para a do lixo.

Outro fator motivacional para o desenvolvimento deste trabalho é que o mesmo sirva de subsídio para futuras pesquisas desenvolvidas na temática abordada.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo consta a revisão da literatura, onde se tem um apanhado sobre a Polícia Militar e a relação saúde-doença mental na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho e da Teoria do Estresse.

2.1 A POLÍCIA MILITAR

2.1.1 Surgimento da Polícia na História

Segundo Almeida (apud LIMA, 2000), para uma melhor compreensão do surgimento da polícia na história é mister a análise sobre dois prismas, isto é, sobre a Polícia como Função e sobre a Polícia como Instituição.

Sobre a Polícia como Função é essencial ressaltar que a vivência do homem em grupo impulsionou para a formulação de normas, surgindo, a forma mais rudimentar de direito. Assim, tornou-se imprescindível à atribuição a alguém da incumbência de asseverar o cumprimento do direito, o qual, a princípio, coube ao chefe (normalmente era o mais forte, o mais velho, o mais capaz) ou a quem a crença religiosa reinante atribuisse o momento histórico. Posteriormente, com a organização política do homem, ficou sob o domínio do Estado. Pode-se, portanto, dizer também que o surgimento da polícia está profundamente arraigado com a origem do direito como instrumento regulador do convívio social.

De acordo com Lima (2000), antes de Cristo, nos tempos dos Césares, surge em Roma a primeira organização com a tarefa de realizar as atividades atualmente imputadas às polícias. Nesta época, polícia era denominada de polia, era constituída de sete segmentos nomeados de COORTES. Cada COORTES era composto por mil homens, os quais eram comandados pelo Edil, o administrador da cidade, que acumulava poderes de magistrados. Ulteriormente, essa organização foi estabelecida em outros povos, adquirindo denominações e formas peculiares em cada Nação. Surgindo, assim, a Polícia como Instituição.

2.1.2 A Polícia Militar no Brasil

Para Lima (2000), o surgimento da Polícia Militar no Brasil se deveu à colonização e exploração do Brasil pelos portugueses. Estes, almejando assegurar a defesa do território

brasileiro, da Colônia, que se encontrava ameaçada por invasões estrangeiras, principalmente francesas e holandesas, trouxeram para o Brasil o modelo de organização de defesa territorial usado por Portugal em outras Colônias.

Assim, em 1548, Tomé de Souza, primeiro Governador Geral, chegou com a sua esquadra composta por uma Tropa de Linha (força terrestre portuguesa) de 600 homens. O regimento do primeiro Governador Geral do Brasil estimulava a população a se armar em prol da defesa do território. Entretanto, posteriormente, os esforços individuais foram sistematizados por meio da formação de organizações militares. Desta forma, no transcorrer do período colonial, formaram-se três modelos distintos de organizações militares ou militarizadas, foram elas: Tropa de Linha, Milícias e Ordenanças.

A Tropa de Linha era constituída de nobres portugueses e brasileiros brancos, os quais possuíam uma tarefa regular, permanente e remunerada. Era uma espécie de Exército da atualidade; As Milícias eram auxiliares da Tropa de Linha, os quais eram comandados por um coronel. A atividade era obrigatória e gratuita; As Ordenanças “eram organizadas em regimento, divididos em companhias comandados por um cabo. Sua principal atividade, era a realização de serviços de utilidade pública e o atendimento à população nos casos de calamidades, ou seja, uma espécie de defesa civil” (SOUSA, 2003, p. 05 - 06).

Este modelo perdurou por aproximadamente três séculos. Entretanto, a partir de 1822 o Brasil deixa de ser Colônia passando a ter seu próprio governo, comandado pelo Imperador D. Pedro I, que viria a renunciar em 07 de abril de 1831. Como Pedro de Alcântara (futuro D. Pedro II), tinha apenas cinco anos de idade, o país foi governado por Regentes até 23 de julho de 1840. Foi nesse período (mais precisamente em 18 de agosto de 1831) que foram abolidas as Milícias e as Ordenanças, devido às mesmas serem apontadas como tropas indisciplinadas. Todavia, a extinção não ocorreu em todas as localidades, uma vez que as Ordenanças permaneceram em alguns lugares.

Nesse período da Regência, Lima (2000), afirma que parte da população acreditava que os Regentes não possuíam legitimidade para governar. Diante deste fato, ocorreram várias revoltas em todo país, no qual algumas províncias (atualmente estados) reivindicaram a independência das mesmas. O padre Antônio Diogo Feijó, membro do governo da primeira Regência Trinta, com o cargo de ministro da justiça, tinha por função a manutenção da ordem. O mesmo, perante a dificuldade dos Presidentes dos Conselhos das Províncias (atualmente Governadores de Estados) de não disporem de uma força organizada para a manutenção da ordem pública, propôs um projeto de criação de um Corpo de Guardas Municipais Permanentes no Rio de Janeiro (sede do Governo Regencial) à Regência. O qual foi

encaminhado para Assembléia Geral, onde foi discutido e aprovado. Desta forma, os Presidentes de Províncias criaram os Corpos de Guardas Municipais, que no decorrer do tempo receberam distintas intitulações. Todavia, em 1947, a Constituição Federal as nomearam de Polícias Militares.

2.1.3 Bases do Exercício da Atividade Policial

A palavra “polícia” é originada do latim *politia* e descende do grego *polisia*, no qual tem por acepção original: organização política, sistema de governo. Contudo, polícia passa a idéia da própria ordem pública, cabendo ao governo mencionar a instituição que será responsável de mantê-la sempre íntegra. Polícia, em sentido estrito, consiste num conjunto de instituições cujas funções são a manutenção da ordem pública, da moralidade, da saúde pública e do bem-estar coletivo, asseverando a propriedade e outros direitos individuais, de acordo com as prescrições legais e regulamentares determinadas pelo Estado (ASSUNÇÃO, 1998).

Cretella Júnior (apud ASSUNÇÃO 1998, p. 13), conceitua juridicamente polícia como: “Conjunto de poderes coercitivos exercidos pelo Estado sobre as atividades do cidadão mediante restrições legais impostas a essas atividades, quando abusivas, a fim de assegurar a ordem pública”. Assim, a lei dar respaldo para a polícia atuar com repreensão, coibição sobre todas e quaisquer pessoas que infrinja a lei, para garantir a manutenção da ordem pública.

Segundo Assunção (op. cit), a ação da polícia ocorre através de atos e fatos administrativos que culmina na disciplina do funcionamento da sociedade. Ação, esta, apoiada em dispositivos legais instituídos. Desta forma, no exercício da atividade policial há coercitividade da Administração Pública em relação à sociedade.

De acordo com Assunção (apud SOUSA 2003, p. 14), o poder de polícia é “uma faculdade da administração pública, algo em potencialidade”. O Estado intervém numa série de providências administrativas que assegura no exercício do poder de polícia o seu bem-estar. Assim, é o poder da polícia que embasa a ação e a própria existência da polícia.

Para Assunção (1998), é por meio do poder de polícia que o Estado coloca limite na liberdade individual do homem em proveito dos interesses gerais. Isto é, “no equilíbrio entre os princípios – de certa forma antagônicos – da liberdade e da autoridade, o poder de polícia se coloca como uma das faculdades discriminatória do Poder Público, visando a proteção da ordem, da paz e do bem-estar social” (TÁCITO apud ASSUNÇÃO, 1998, p. 103).

Neste sentido, pode-se haver uma dupla compreensão quanto à segurança pública, ou seja, pode ser compreendida de forma externa, que seria a defesa da pátria pelas Forças Armadas e de forma interna que se encontra apregoada na Constituição Federal do Brasil (1988, p. 78):

A segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da segurança das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária Federal; Polícias civis.

§ 5º Às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em Lei, incumbem a execução de atividades de defesa civil.

2.1.4 Prerrogativas da Polícia Militar

A Legislação Federal através do Decreto-Lei 2010, de 12 de janeiro de 1983, definiu as atribuições da Polícia Militar como sendo:

- a. Executar com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares às Forças Armadas, o policiamento fardado, planejado pelas autoridades competentes, afim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;
- b. Atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem;
- c. Atuar de maneira repressiva em casos de perturbação da ordem, procedendo o eventual emprego das Forças Armadas;
- d. Atender a convocação, inclusive mobilização do Governo Federal em casos de guerra externa para prevenir ou reprimir grave perturbação de ordem ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se à força terrestre para o emprego de suas atribuições específicas de Polícia Militar e como participante da defesa interna e defesa territorial;
- e. Além dos casos previstos na letra anterior, a Polícia Militar poderá ser convocada em seu conjunto afim de assegurar a corporação o nível necessário de adestramento e disciplina ou ainda para garantir o cumprimento das disposições deste decreto-lei, na forma que dispuser o regulamento específico.

2.1.5 Condições e Organização do Trabalho da Polícia Militar

Percebe-se que de acordo com a Constituição Brasileira, a Polícia Militar é um órgão que constitui o Sistema de Segurança Pública. Ao policial militar cabe exercer a sua atividade, exclusiva, de polícia ostensiva, asseverando a preservação da ordem.

Ao ingressarem na Brigada Militar, os policiais devem desenvolver o espírito de companheirismo, de respeito, mantendo um clima de confiança, de estima. Cariri (2003), diz que a Organização Militar conduz o recém-ingressado na carreira, a um processo de ressocialização, de mudança de comportamento, a partir das necessidades da Instituição,

consistindo num processo rígido, levando o indivíduo a um distanciamento do contexto social externo, fazendo-o assumir uma postura de seriedade, de formalidade.

Amador (2000), afirma que a divisão dos policiais consiste em Círculos Hierárquicos, os quais são compostos de Círculos de Oficiais, formados pelo Primeiro-Tenente, Capitão, Major, Tenente-Coronel, e Coronel; e Círculos de Praças, constituídos por Soldados e Sargentos. Quanto à divisão das atividades, estas devem ser executadas sob o comando de quem possuir o nível mais alto na hierarquia. Em casos em que todos os presentes encontram-se no mesmo posto ou graduação, as ordens devem ser cumpridas sob o comando do mais antigo da corporação. As ordens em qualquer dos casos devem ser imediatamente cumpridas.

Ainda segundo a referida autora, as relações de trabalho dos policiais militares devem ser embasadas pela camaradagem, civilidade, e manutenção da disciplina. Desta forma, são proibidas a discórdia, a desarmonia, a inimizade, a ofensa, a provocação, o desafio, a comunicação de informação errônea ao superior, conduzindo-o, por consequência, ao erro, a discussão, e a luta corporal entre os mesmos. Existem, também, restrições para a possibilidade de informação imediata ao superior, de crítica, ou de apoio, bem como, são limitadas as oportunidades de reivindicação coletiva. Com referência a disciplina, qualquer policial deve informar, prontamente, ao superior as transgressões praticadas pelos demais policiais.

Na visão de Cariri (2003), a relação existente entre os integrantes da corporação e a Instituição, é de forte identificação. Assim, os militares não só acreditam, como também seguem a filosofia da organização, tendo a cultura organizacional uma grande responsabilidade na influência do comportamento dos policiais.

Quanto ao comportamento destes, Amador (2000), diz que os mesmos devem ser obedientes, dedicados, colaboradores tanto na disciplina, como na eficiência da Brigada Militar, não devem mentir, inventar doenças, faltar ou chegar atrasado, consumir álcool, apresentar comportamento violento, etc. A eles, são passadas orientações para que atuem permanentemente em atitude de vigilância, observação, e de tolhimento da ação de infratores da lei.

Para asseverar a realização do trabalho prescrito da Polícia Militar, são utilizados recursos de punição e recompensa. Vale ressaltar, que os elogios, entre outros, recaem sobre a coragem do policial.

Contudo, as condições de trabalho que o policial militar está submetido são tanto de prática de ações de sujeição, ao impor a ordem pública aos infratores da lei, como também de as sofrerem, em virtude da própria organização do trabalho, ou seja, devido as suas regras e punições, que segundo Amador (2000, p. 70), constitui “[...] um segmento sancionado e

disciplinado a sancionar e disciplinar, executando um ofício que opera entre a limitação da própria liberdade e da liberdade dos outros”.

Na perspectiva de Cariri (2003), o treinamento do policial impõe uma vida de abnegação e sacerdócio, visto que sua finalidade encontra-se voltada para a promoção de atitudes em benefício da Instituição e seus objetivos. Para Silva Neto (apud CARIRI, 2003, p. 25), “a saga do policial militar de todos os tempos é uma vida plena de sacrifícios, de espírito de renúncia e silenciosa dedicação ao dever, elementos sem os quais não é possível levar a bom termo a missão nobilitante de dar proteção à sociedade”.

O policial militar, também, constantemente arrisca a sua vida, tanto em confrontos diários, como através de ameaças de morte por telefone e cartas anônimas, sendo freqüente estas ameaças à família, e ainda em confrontos onde são ameaçados pelo contágio proposital de doenças, como o vírus HIV.

Fazendo menção ao relacionamento entre eles, existe um forte espírito de grupo e boas relações. Entretanto, o medo e a fraqueza são tácitos, exprimi-los não faz parte do hábito do policial militar. Todavia, quando expressos são motivos de deboche e rechaço; os fatos ocorridos fora do esperado entre Soldados, Cabos, aos que possuem graduação inferior a Tenente, são comunicados, na primeira oportunidade, pelo Tenente ao Capitão. Tal situação, não ocorre com os demais níveis hierárquicos, pois nem todas as informações parecem chegar com tamanha agilidade e integralidade do conteúdo.

Outro fator das condições de trabalho da Polícia Militar é a rejeição da sociedade pela profissão de policial militar, segundo Souza e Patrocínio (1999), em 18 de agosto de 1996, O Folha de São Paulo publicou uma reportagem na qual afirmou que as profissões mais rejeitadas são respectivamente: a do lixeiro, e a do policial militar, pois as pessoas acreditam que estas atividades ocupacionais são dignas dos piores adjetivos. Gonçalves (1998), cita uma declaração de um rapaz publicada no jornal O Correio de Uberlândia/MG, em 28 de janeiro de 1996. Ao jovem questionou-se se entraria ou não para a Polícia Militar. Obteve-se a seguinte resposta: “Eu não gostaria de ser policial militar. Não vale a pena arriscar a vida em prol de uma sociedade que não dá valor a sua polícia. Esse trabalho eu não faria por dinheiro algum. O povo não enxerga que ela desempenha seu papel a contento” (GONÇALVES, 1998, p. 137). De acordo com Amador (2000), o tratamento da população para com os policiais é de agressão, insulto, e ironia. Na relação com os oponentes há provocação mútua.

Além dos aspectos anteriormente mencionados, a Polícia Militar ainda tem que “driblar” problemas como: a deterioração da estrutura física do local de trabalho, ausência de equipamentos técnicos, eletrônicos e de informática, insuficiência de carros, e até mesmo de

combustível, de armamentos adequados, entre outros. Instrumentos, estes, imprescindíveis para um bom desempenho do trabalho da Polícia Militar.

2.1.6 A Relevância Social da Polícia Militar

A Polícia Militar compõe a estrutura do Estado. A relevância da mesma encontra-se no conjunto de suas atribuições, ou seja, a ela são delegadas as funções de policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, desta forma, cabe a polícia prevenir e reprimir os crimes, ajudar, orientar e socorrer os indivíduos. Atribuições essas, indispensáveis, sobretudo nos dias de hoje, para a população, uma vez que se vive em meio a uma assustadora onda de violência e criminalidade, decorrentes de uma sociedade cada vez mais competitiva, acumuladora de renda e conhecimento, estimuladora do consumo, individualista, egoísta, aliados ao agravamento das desigualdades, crises familiares, pobreza, racismo, etc (SOUZA e GOUVÊA, 2004).

De acordo com o Coronel da Polícia Militar de Mato Grosso, Vitor Hugo Metello (2004), as ações policiais devem asseverar os direitos do cidadão, a proteção da sua liberdade, a segurança, a integridade física e moral. A realização do trabalho preventivo da Polícia Militar nos bairros, nas áreas centrais, nas praças, nos parques, nas escolas, nos clubes, na área comercial, em todos os lugares públicos assegura para a sociedade tranquilidade, uma melhor qualidade de vida, mostrando cuidado pelo cidadão, denotando que o planejamento operacional encontra-se próximo dele.

O trabalho policial ultrapassa a tarefa de lidar com condutas criminosas. Segundo o Tenente Coronel da Polícia Militar de São Paulo, Cavalcante Neto (2004, p.[1]), “A realidade do policial brasileiro é conviver com os diversos problemas sociais que por vezes extrapolam a sua competência de atuação. Mas continua a ser único representante presente em todas as horas”. O mesmo, ainda afirma que 80% do trabalho da polícia envolve conflitos interpessoais, isto é, conflitos entre vizinhos, comerciantes, familiares, entre outros. No qual, não é raro o policial atuar como um juiz local, conselheiro, ouvidor e um ombro amigo.

O policial militar ao solucionar estes tipos de problemas está prevenindo as ações criminosas, uma vez que o não enfrentamento significa prejuízos na qualidade de vida, deterioração física das cidades, o desenlace social, clima de desconforto, e sensação de abandono e descontrole; e ao envolver os sujeitos da história na resolução do conflito está recuperando a vida em comunidade e conscientizando-os de suas responsabilidades no

processo. Conseqüentemente, o policial adquire confiança e respeito no desempenho de suas atividades.

A autoridade que confere ao policial de construção social ou de sua devastação, por meio da utilização da força e das armas, as quais possuem o amparo da lei, gera um impacto extremado e simbolicamente referencial, refletindo-se no bem ou no mal-estar da sociedade.

2.2 O TRABALHO

2.2.1 Breve Histórico dos Conceitos de Trabalho

Segundo Carmo (1992), a palavra trabalho, de origem controversa, nos leva ao latim *tripalium* que designa, no latim vulgar, ‘pena ou servidão do homem à natureza’. A princípio, o trabalho era visto como algo penoso, que se serve da natureza, um meio de sobrevivência, todavia, ao longo dos séculos, foi assumindo conotações diversificadas, significando produção, ocupação e, para muitos, algo gratificante em termos existências. Entretanto, Alborno (2002), afirma que *tripalium* significa instrumento de tortura. *Tripalium* remete a *tripaliare* que designa torturar. Desta forma, segundo a mesma, o vocábulo trabalho denotou por um longo período tortura, padecimento, cativo e, posteriormente, esforçar-se, laborar, obrar. Afirma, ainda, que nas línguas da cultura européia, em sua maioria, trabalho possui duas acepções, como o latim, por exemplo, que discerne entre *labore* e *operare*. Respectivamente, consistem em ação de labor, e opus, obra. Já em português, os vocábulos labor e trabalho possuem as mesmas designações, isto é, ambas significam “realizar uma obra que te expresse, que dê reconhecimento social e permaneça além da tua vida; e a de esforço rotineiro e repetitivo, sem liberdade, de resultado consumível e incômodo inevitável” (ALBORNOZ, 2002, p. 09).

Nas comunidades isoladas, como nas tribos indígenas, onde o trabalho consiste na caça, na pesca, e na colheita de frutos da mata virgem, pode-se hesitar que o trabalho está voltado indiretamente para a subsistência. “Segundo o antropólogo Marshall Sahlins, o trabalho do primitivo é diversificado, descontínuo, cessando no momento em que não é exigido, uma vez que suas necessidades são limitadas” (CARMO, 1992, p. 64). Com o surgimento do trabalho agrícola, concomitantemente, deve-se ter originado a noção de propriedade e o produto excedente, ou seja, se trabalho nesta terra com meu esforço e empenho, o que dela colho me pertence, e o que sobrar permuta com o vizinho. Através da riqueza adquirida pelo trabalho agrícola houve o incentivo para o desenvolvimento do

trabalho artesanal. E, paralelamente, há intensificação do comércio, por haver excedente não só na agricultura como também na criação de animais. O comércio, agora, é mediado pela moeda.

Na Grécia Antiga, o trabalho na terra e o intelectual eram valorizados, pois aquele era considerado como uma forma de estabelecer o elo com a divindade, no qual era realizado pelo proprietário. Foi no período helenístico que esta atividade passou a ser desenvolvida por escravos. Já o intelectual, era considerado um trabalho livre quando não havia remuneração e não havia fins para a produção de material visível, como a atividade de discutir os problemas da comunidade. Assim, o trabalho do artesão, na Antiguidade, era desprestigiado, uma vez que possuía causa extrínseca ao artesão, ou seja, “a causa real da fabricação não está na vontade ou na força do artesão, mas fora dele, no produto feito, no fim a que se dirige a atividade” (ALBORNOZ, 2002, p. 45), o qual não era considerado criação livre, visto que era realizado para sobreviver, recebia remuneração e, era desenvolvido para o usuário. Enfim, “o homem ali só age realmente, e livremente, quando utiliza as coisas, e não quando as fabrica” (ALBORNOZ, 2002, p. 47).

Tanto a Grécia, como Roma e a tradição judaico-cristã influenciaram nas nossas relações de trabalho. Na tradição judaica, o trabalho é visto como um labor intenso, penoso, é um meio de punir os pecados do homem. A princípio, o cristianismo tinha a concepção de trabalho voltada para a punição do pecado, para a caridade, para a saúde do corpo e da alma, e para distanciar os maus pensamentos desencadeados pela preguiça e ociosidade. O catolicismo em geral caracterizava o trabalho como digno ou dignificante, devido à ordenação ao louvor do Criador.

A Reforma Protestante possibilitou uma nova percepção do trabalho dentro do cristianismo. “Para Lutero, o trabalho aparece como a base e a chave da vida” (ALBORNOZ, 2002, p. 53). O trabalho apresenta-se como forma de servir a Deus e de salvação. De acordo com Max Weber (2003), esta idéia de trabalho foi a grande propulsora para o que ele denomina de *espírito do capitalismo*, ou seja, a religião puritana ao condenar o consumo favorece a acumulação de capital.

Com o advento do Renascimento, há uma mudança radical sobre a visão do trabalho, o qual, segundo Carmo (1992), passa a ser admirado, valorizado, sobretudo, o artesanal e o artístico. De acordo com Albornoz (2002), o trabalho, agora, possibilita o homem expressar a sua personalidade, se expressar; possui causa intrínseca, os motivos para trabalhar se encontram no próprio trabalho, e não externo a ele ou em qualquer de suas conseqüências; O prazer de executá-lo está no processo técnico inerente, e não na salvação, na remuneração; o

homem deixa de ser homem teórico para ser homem prático, ativo, construtor e criador do mundo, Carmo (1992), acrescenta que há o predomínio do 'fazer' sobre o 'saber'. Com as nascentes relações capitalistas e o desenvolvimento da ciência e da técnica, o trabalho vinculado à transformação da natureza deixa de ser exercido pelos escravos, como na Antigüidade, para ser desenvolvidos pelos homens livres. Assim, o trabalho é indispensável para a liberdade do indivíduo.

Os séculos XVI e XVII são marcados pelo prosseguimento da idéia da transformação da natureza, da produção, orientados pela ciência.

De acordo com Alborno (2002), no século XVIII, há uma reviravolta decisiva. Os iluministas exaltam a técnica, as artes mecânicas, a indústria do homem, o domínio do homem sobre a natureza, em virtude do trabalho e da técnica. "O homem se firma por dois caminhos – teórico e prático – que se uniram na técnica" (ALBORNOZ, 2002, p. 60).

Na passagem do século XVIII para o XIX, Hegel expressa o trabalho como "uma relação peculiar entre os homens e os objetos, na qual se unem o subjetivo e o objetivo, o particular e o geral, através do instrumento, a ferramenta" (ALBORNOZ, 2002, p. 62). Para ele, ao passo que o homem desenvolve o seu trabalho, também se autoproduz, uma vez que se reconhece e é reconhecido, que reconhece a relação social de dominação em que ocorre a sua atividade (de senhor e escravo). A relação do homem com o objeto produzido pelo seu trabalho, pelo uso do instrumento, origina a relação do indivíduo com outros indivíduos. A atividade prática permite a progressão do homem até ele alcançar a plena autoconsciência. O trabalhador assevera o desenvolvimento do seu espírito, na medida em que incute nos objetos produzidos por ele as formas de seu espírito, pois o trabalho é trabalho espiritual, isto é, o espírito do homem se reconhece nos próprios objetos. E, ainda na perspectiva do mesmo, o homem necessita de ser conhecido por outros, ele precisa de valorização humana.

Se a princípio os instrumentos de trabalho eram fabricados em função da adaptação aos membros humanos e a sua cadência de trabalho, na passagem do século XIX para o XX, segundo Carmo (1992, p. 41), "marca um período histórico que intensifica a necessidade do homem de adaptar-se ao ritmo das máquinas". A Revolução Industrial provocou grandes avanços tecnológicos, colocando o homem na condição de apêndice da máquina.

"Para Marx a essência do ser humano está no trabalho" (ALBORNOZ, 2002, p. 69). O homem é aquilo que produz. Ainda de acordo com essa concepção, o trabalho possibilita a mediação do homem com a natureza. E, através do trabalho, o homem transforma a sua própria natureza. Na concepção de Marx e do marxismo, o trabalho está vinculado a necessidade. A liberdade, o prazer devem ser buscados na conquista do tempo livre, cada vez

mais acessível, fora do trabalho. Ainda na visão deste autor, o trabalho caracteriza-se propriamente humano pela capacidade do indivíduo conseguir mentalizar, projetar, ver antecipadamente o produto. Nesse sentido, para Carmo (1992), trabalho é sinônimo de liberdade. Todavia, o trabalho industrial, mecanizado, e em série está privando o operário destas suas capacidades, portanto, está ocorrendo uma desumanização do trabalho e, conseqüentemente uma alienação. “A perda da autonomia em suas atividades faz com que ele não se reconheça mais como o responsável pelo o produto do trabalho realizado” (CARMO, 1992, p. 16).

Para Alborno (2002), no século XIX, os homens eram estimulados ao máximo esforço, para obter a máxima riqueza e lucro. Atualmente, com o advento da automação, é possível que esta seqüência tenha sofrido alteração, pois, agora, estamos acostumados com as facilidades da automação. Tratando-se, desta forma, de alcançar a máxima eficiência com o menor esforço para resultar em máxima riqueza e lucro.

Na perspectiva desta autora, “o trabalho hoje é um esforço planejado e coletivo, no contexto do mundo industrial, na era da automação” (ALBORNOZ, 2002, p. 25). Após a conquista de riquezas consideráveis, proporcionadas pela colonização dos novos mundos descobertos para a Europa, e a aplicação da ciência à produção, a expansão capitalista desencadeou a Revolução Industrial, sendo cada vez maior o número de pessoas subordinadas às organizações e menor o número de pessoas realizando trabalho autônomo. Já para Carmo (op. cit), trabalho é a transformação da natureza – esta transformação se deve a necessidade de sobrevivência – mediada pela inteligência humana. E, assim, o sujeito se transforma, se autoproduz, e fundamenta as relações sociais através da relação com os outros indivíduos no desenvolvimento do seu trabalho. Portanto, o homem se distingue do animal pela capacidade do uso da inteligência na realização de suas atividades, diferentemente do animal, que executa suas atividades pelo instinto. Schapke (1998), corrobora com Carmo (1992), ao afirmar que o trabalho é um processo no qual, concomitantemente, possibilita o homem transformar a natureza e a si próprio.

Para Mauro et al. (1999), de modo geral, o trabalho consiste numa atividade específica dos seres humanos, na qual possui caráter humanizador, por meio do exercício da relação homem-natureza, pois, desta forma, o homem consegue produzir subsídios para a sua subsistência se diferenciando, assim, da espécie animal.

A Constituição Federal, art. 160, parágrafo II (apud MAURO et al., 1999, p. 118), “o trabalho é uma atividade central do homem e sem ele, o homem não terá existência digna, desde que se possa realizar em qualquer das suas modalidades éticas”. O homem só é

considerado homem brio, digno da sua vida quando exerce algum tipo de labor, o qual deve estar dentro dos padrões éticos pré-estabelecidos socialmente.

2.2.2 O Sentido do Trabalho

Existem diferentes esferas para a construção da identidade e da subjetividade do indivíduo. O trabalho, como não poderia deixar de ser, faz parte de uma dessas esferas. O qual, pode proporcionar ao sujeito felicidade, liberdade, prazer, satisfação, sofrimento, adoecimento mental tanto quanto a infância, a sexualidade ou a família podem gerar na elaboração da identidade, subjetividade do homem.

O trabalho possui dupla face, de um lado, encontra-se o trabalho concreto, isto é, o valor de uso, no qual há confecção dos significados humanos à natureza, e significado pessoal, e do outro lado, o trabalho abstrato, isto é, o valor de troca, que consiste na construção do produto socialmente reconhecido.

O processo de trabalho origina dinâmica de relações do indivíduo com a natureza, do indivíduo com outros indivíduos e do indivíduo com ele próprio. Segundo Araújo (1999, p. 239), os processos de trabalho “compreendem formas específicas de conceber e executar as tarefas, envolvendo operações diversas orientadas à produção de um produto ou prestação de um serviço”. No qual, possuem elementos objetivos (matéria-prima, máquinas, técnicas, tecnologia, enfim, são os objetos e meios para a operacionalização do trabalho), e subjetivos (forma de trabalho, e dispêndio de energia vital para a produção). Assim, o trabalho, concomitantemente, assegura a sobrevivência do sujeito e sua especificidade, que o identifica e o diferencia dos demais.

Silva (apud ARAÚJO, 1999, p. 239), afirma que o significado do trabalho consiste numa “atividade tão específica do homem [...] fonte de construção, realização, satisfação, riqueza, bens materiais e serviços à sociedade humana que, entretanto, também pode significar: escravidão, exploração, sofrimento, doença e morte”. Assim, a duplicidade da construção da subjetividade do trabalhador decorre do caráter duplo do trabalho, ou seja, ao passo que o labor é fonte de estruturação do homem, de construção da identidade, satisfação e prazer, pode, também, em condições adversas, ser fonte do elemento patogênico para o trabalhador (DEJOURS apud ARAÚJO, 1999).

O trabalho significativo e racional é desencadeador de plena satisfação e descarga máxima, uma vez que propicia uma enorme e terapêutica descarga de energia. Portanto, o trabalho pode ser fonte de equilíbrio e de saúde mental.

Wilhelm Reich (apud SCHAPKE, 1998, p. 44), afirma que “trabalho e prazer são duas realidades intimamente ligadas”. Prazer no sentido de satisfação das necessidades básicas. Desta forma, o trabalho era para ser naturalmente uma fonte de prazer, visto que oferece ao trabalhador subsídios para a sua sobrevivência. Na perspectiva deste autor, uma organização que proporciona ao empregado um trabalho repetitivo, sem perspectiva, mal remunerado, pouco democrático, enfim, caracterizando-se como uma empresa rígida e defensiva, é incapaz de promover ao seu funcionário prazer no exercício de suas atividades profissionais. Pois, as suas energias estarão canalizadas para a questão da sobrevivência, sendo impossibilitadas de se canalizarem para a liberação do prazer, ou para a satisfação de outras necessidades fundamentais.

Ainda fazendo referência a Schapke (1998), o trabalho e o prazer estão entrelaçados, pois o trabalho gera prazer no indivíduo e, o prazer e a satisfação o guarnecem para o trabalho racional, ou seja, para o trabalho democrático, no qual é auto-regulado (adequação do trabalho a partir da capacidade do indivíduo), as condições de trabalho são discutíveis, e há o conhecimento da tarefa.

O modelo de trabalho adotado em muitas organizações é desumano, na medida em que diariamente, sistematicamente, agride e delimita a capacidade de execução das tarefas do indivíduo, tornando o trabalho uma atividade neurotizante.

De acordo com Schapke (1998), a alienação provocada pela falta de autonomia, pela fragmentação e pela expropriação do trabalho, leva o empregado a frustração, uma vez que não consegue perceber, se encontrar enquanto realiza a atividade. Desta forma, este distanciamento do trabalho de situações agradáveis gera a insatisfação que pode culminar com o adoecimento do corpo. Assim, não é suficiente tratar o indivíduo, deve-se agir na origem do problema, isto é, na forma de organização do trabalho.

Entretanto, mesmo diante de tantas adversidades, o homem consegue construir no seu trabalho suas referências profissionais, considerando a relevância que a sociedade moderna deposita no trabalho, sendo, este, o centro da vida social.

2.2.3 Organização do Trabalho

A organização do trabalho é a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa, as relações de poder. O qual é efeito de um processo intersubjetivo, desempenhando influências multideterminadas no funcionamento psíquico dos trabalhadores.

Os elementos da organização do trabalho considerados por Mendes e Morrone (2002), são: atividade de trabalho, que abrange o trabalho prescrito e real, e relações socioprofissionais. Ainda segundo Mendes e Morrone (2002, p. 28 - 29), "as atividades são modos operatórios cognitivos, procedimentos e instrumentos utilizados pelos trabalhadores para produzir algo", e as relações socioprofissionais "são de natureza ética e profissional e se estabelecem entre os diferentes níveis hierárquicos da organização" (MENDES; MORRONE, 2002, p. 29).

Numa mesma empresa não existe apenas um modelo de organização do trabalho. Os diferentes grupos pertencentes a esta podem interpretar e fazer o funcionamento da organização do trabalho a partir da inter-relação entre sua subjetividade e a realidade concreta de trabalho.

De acordo com Mendes (2002), pesquisas têm demonstrado que a organização do trabalho é um dos principais fatores para o prazer-sofrimento no trabalho. Nas pesquisas da referida autora, realizadas entre 1994 e 1996, a organização do trabalho é fonte de sofrimento quando a empresa define um padrão rígido, uma divisão para execução das atividades, a qual restringe o desempenho do trabalhador mesmo com boas qualificações, submetendo-o a limitações do uso do saber fazer, a subutilização das competências técnicas e da criatividade, ao individualismo, a uma mínima perspectiva de ascensão profissional, a falta de reconhecimento e de valorização, etc. A organização do trabalho é geradora de prazer quando permite negociações por parte dos trabalhadores para a realização das tarefas, quando há identificação desde com sua atividade de trabalho, quando existe reconhecimento e valorização, isto é, realização integral da tarefa, autonomia técnica, descentralização das decisões, etc. Mas, também, o trabalho pode, concomitantemente, originar prazer e sofrimento. Essa é uma luta constante que o trabalhador trava em busca do prazer e da fuga do sofrimento, a fim de preservar o seu equilíbrio psíquico.

Portanto, a organização do trabalho pode permitir a evitação da doença no trabalho, ocorrendo através da vivência de prazer-sofrimento, e pelas estratégias de enfrentamento do sofrimento.

A rígida organização do trabalho impede que os trabalhadores harmonizem o seu modo operatório com as defesas comportamentais e caracteriais. Assim, "a organização do trabalho é causa de uma fragilidade somática, na medida em que ela pode bloquear os esforços do trabalhador para adequar o modo operatório às necessidades de sua estruturação mental" (DEJOURS, 1992, p. 128). Porém, não origina doenças mentais específicas, como a neurose, a psicose, estas descompensações podem ser explicadas pela estrutura da

personalidade. Mas, indubitavelmente, cria descompensações rápidas, como crises de choro, dos nervos, e desmaios. A síndrome subjetiva pós-traumática é a única que é adquirida e reconhecida como causa da organização do trabalho. Ela normalmente surge após uma cicatrização de uma ferida, de uma consolidação de uma fratura ou de uma cura de uma intoxicação aguda.

Segundo Mendes (1999, p. 157), os direitos trabalhistas é um campo relevante nas condições de trabalho, pois “[...] evidencia-se mais a monetarização dos riscos e dos agravos à saúde decorrentes do pagamento de insalubridade, periculosidade e penosidade em vez de mudanças consistentes”. Fatos estes decorrentes dos baixos salários que tornam as “gratificações” almejadas pela necessidade de sobrevivência. Assim, os trabalhadores não buscam mudanças nas condições de trabalho, aceitando remunerações em dinheiro pelos males sofridos.

Selligmann Silva (apud MENDES, 1999, p. 158), “verificou em suas pesquisas que quanto menor protegido estiver o trabalhador acidentado, lesionado ou doente, maior será a ansiedade que irá sentir pelo comprometimento do seu futuro profissional”.

2.3 BREVE HISTÓRICO SOBRE SAÚDE MENTAL

O século XIX, para a classe operária, foi marcado pela luta pela sobrevivência, e pela liberdade de organização, pois o capitalismo industrial não só trouxe o crescimento da produção, mas também, o êxodo rural, a concentração de novas populações urbanas, acarretando em condições de vida precária, jornada de trabalho chegando até 16 horas por dia, crianças trabalhando, salários baixíssimos, falta de higiene, esgotamento físico, acidentes de trabalho, promiscuidade, subalimentação. Dejours (1992, p. 14), afirma que “a luta pela saúde identifica-se com a luta pela sobrevivência”, no qual é corroborado por Guerin (apud DEJOURS, 1992, p. 14), quando afirma que ‘viver, para o operário, é não morrer’.

Tais aspectos associados levaram a uma deterioração da saúde das populações pobres e miseráveis, e a uma desordem moral e social nas aglomerações operárias. Assim, surgem três correntes: o movimento higienista, o movimento das ciências morais e políticas, e o movimento dos grandes alienistas, com objetivo de aplacar as desordens anteriormente citadas. Entretanto, foi o movimento operário que ganhou corpo, exigindo da burguesia novas soluções, a qual foi adotada a repressão estatal. Mas, só a partir do final do século XIX é que se conquistou leis sociais referente à saúde dos trabalhadores.

A partir da primeira Guerra Mundial o movimento dos operários estava consolidado na Europa. Destarte, alcançaram o direito de viver, mesmo que não para a toda a classe operária.

A revolução técnico científica, iniciada no século XX, aprofundou a divisão do trabalho. Neste contexto, propagou-se a abordagem de Taylor, que separou o trabalho intelectual do trabalho manual e, conseqüentemente, impossibilitou o uso da atividade mental dos operários da produção, assim, estes culminaram com o esgotamento físico. Surgindo, agora, reivindicações quanto às condições de trabalho e por uma melhoria na relação saúde-trabalho. As principais conquistas foram em torno da jornada de trabalho, da medicina do trabalho, e da indenização das doenças.

Foi após 1968, que o movimento operário passou a reivindicar pela saúde mental no trabalho, pois a rígida organização do trabalho estava provocando alterações fisiológicas e prejuízos a saúde humana. Os danos à saúde podem ser constatados, entre outras, através do trabalho em turnos alternados, pois geram alterações no sono, no horário da alimentação, distanciamento da vida familiar, da vida comunitária e social mais ampla, enfim, ocasionando sofrimento psíquico. Desta forma, o sistema de Taylor estava se exaurindo.

Segundo Guimarães et al. (1999), apenas recentemente é que as organizações têm atentado para os problemas da saúde mental, e não somente para os relacionados à saúde física, visto que tal aspecto tem provocado empobrecimento das relações interpessoais, performance reduzida, altos índices de absenteísmo, rotatividade no trabalho e acidentes no trabalho.

Inicialmente, vários eram os motivos para o não enfrentamento ou adiamento frente aos problemas da saúde mental:

O estigma associado à doença mental; o freqüente ocultamento dos transtornos mentais mais comuns (depressão e ansiedade); o pequeno número de pesquisas que relaciona custos e problemas no local de trabalho decorrentes de transtornos mentais e o fato dos empregadores não incluírem suas empresas e a si mesmo como possível parte integrante dos transtornos mentais apresentados pelos trabalhadores (GUIMARÃES et al., 1999, p.52).

De acordo com Yoshida e Giglio (1999), até 1999, pouco se fez no que diz respeito aos trabalhos preventivos voltados para a Saúde Mental. Na visão destes, a prevenção para saúde mental deve iniciar desde o momento da concepção do indivíduo, da estruturação das famílias, devendo estender a todos os ambientes em que o sujeito estar inserido, seja o ambiente de trabalho, de estudo, de moradia. Para eles,

Saúde Mental é um dos componentes essenciais da saúde e podemos descrevê-la como um estado interno de bem estar que o indivíduo sente em sua interação com o meio social, quando está satisfazendo criativa e construtivamente suas

necessidades, desenvolvendo-se e contribuindo para o bem estar dos outros (YOSHIDA; GIGLIO, 1999, p. 135).

Assim, o sujeito pode-se considerar com saúde mental na medida em que consegue manter um relacionamento satisfatório com a sociedade, conquistando benefícios para si e para os outros.

Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS (apud FILHA; SILVA, 2002), na metade do século XX, iniciou-se a transformação do paradigma da saúde mental, no qual sugere uma abordagem psicossocial, em virtude da nova compreensão do conceito de saúde. Este, passou a ser considerado como uma inter-relação de fatores biopsicossociais, isto é, saúde não significa apenas o indivíduo não apresentar patologia, o mesmo, para ser considerado saudável deve apresentar pleno bem-estar físico, mental e social. O doente mental deve ser o protagonista da sua história, e a família a sua extensão na busca de uma melhor qualidade de vida. Não permitindo a marginalização social, pois o homem deve e tem o direito de ser assistido no nível básico do sistema, na sua comunidade, no seu bairro e município.

Assim, as condições econômicas, sociais, políticas e culturais podem influenciar na saúde do homem. Devendo-se buscar a prevenção através do combate à miséria, a ignorância, a alienação do homem.

Em alguns estudos e, também, nas pesquisas de Miranda (1980), que Filha e Silva (2002) fazem referência, foi constatado que as melhorias nas condições econômicas não implicam para o sujeito em saúde mental, uma vez que as perturbações mentais são ocasionadas pelas perversões do sistema de relações pessoais. Este sistema está baseado na cooperação ou na exploração. A organização social com sistema de exploração ignora as necessidades da sociedade em prol da sua preservação.

Para Codo et al. (1993), não é possível definir separadamente saúde e doença, visto que estão entrelaçados e profundamente relacionados ao contexto sócio-econômico-cultural. Para os mesmos, toda doença e, sobretudo a doença mental presumem norma objetiva que possibilita estabelecer um paradigma referencial. Desta forma, para mensurar o comportamento de determinado sujeito se faz necessário comparar com a conduta dele mesmo e com outras condutas consentidas pela sociedade, pelo momento histórico em questão (MACHADO et al. apud CODO et al., 1993). “Então é possível pensar que saúde mental e doença mental são conceitos que emergem da noção de bem-estar coletivo” (SAMPAIO apud CODO et al., 1993, p. 252 - 253).

Na visão de Ferrara et al. apud Mauro et al. (1999, p. 112), “saúde mental é a expressão de luta do homem frente aos conflitos à procura de sua resolução constante destes conflitos, que lhe abrirá a perspectiva de um novo diálogo”. Assim, saúde mental é a manifestação da busca incessante de solucionar os problemas, que proporcionará novos horizontes.

Rigotto (apud SOUSA, 2003), afirma que a saúde encontra-se intimamente relacionada com a maneira que nos envolvemos com a natureza e nos organizamos socialmente.

Para Lauriel (apud SOUSA, 2003), a saúde é vista simplesmente como um meio que permite apontar o impacto do trabalho sobre o trabalhador, definição esta, da medicina dominante. Entretanto, a medicina social ressalta a relevância de compreender a saúde-doença não somente como um processo biopsíquico, mas também, como um processo social, assim, a relação que o indivíduo estabelece com a sociedade pode também ser um fator que o condicione para a saúde ou doença mental.

Freud apud Filha e Silva (2002), diz que a saúde mental é possibilitar ao indivíduo a condição de amar e trabalhar. Em 1930, Freud em seus estudos já mencionava o trabalho como relevante e essencial meio de inserção do sujeito na sociedade.

2.4 SAÚDE MENTAL E TRABALHO

O avanço e a introdução de novas tecnologias no mercado de trabalho originaram mudanças no desenvolvimento e nas condições de trabalho e, conseqüentemente, ocasionou mudanças no plano social e no comportamento individual. Paulatinamente, foi-se reconhecendo que a atividade ocupacional reflete no bem estar emocional do trabalhador, ou seja, o avanço do processo de trabalho propiciou inovações que possibilitaram a produção de bens cada vez mais sofisticados, entretanto, tal evolução refletiu-se na saúde física e mental dos trabalhadores.

Para se compreender a tensão, a fadiga, a tristeza, o medo ou apatia estimulados por situações de trabalho, tornou-se imprescindível à análise de diferentes tipos de organização do trabalho sob a perspectiva das implicações desta organização no psiquismo individual e para a sociabilidade.

Segundo Mauro et al. (1999), a atividade de trabalho tanto engloba as relações que o trabalhador tem individualmente com o resultado desta atividade, como também envolve as relações sociais. Estas relações refletem no comportamento, nas expectativas, nos projetos de

vida, na afetividade e na vida psíquica do indivíduo. O trabalho proporciona ao sujeito um meio de sobrevivência e de inserção na sociedade. Podendo, no entanto, desencadear equilíbrio psíquico na medida em que possibilita a expressão das aptidões, da capacidade criativa e de desenvolvimento do ser humano, como também, pode provocar desequilíbrio ao bloquear tais aspectos. O referido autor ainda afirma que o sofrimento no trabalho transpassa as paredes da organização, refletindo-se no espaço doméstico e na economia familiar do trabalhador, prejudicando não só o desempenho nas atividades produtivas e de ordens sociais, como também o familiar.

De acordo com Selligmann Silva (apud TITTONI, 1997, p. 17), saúde mental e trabalho consiste na "inter-relação entre o trabalho e os processos saúde-doença, cuja dinâmica se inscreve mais marcadamente nos fenômenos mentais, mesmo quando sua natureza seja eminentemente social". Ou seja, mesmo que a origem da inter-relação entre labor e os processos saúde-doença esteja orientada para os aspectos sociais, o impacto maior refletirá no psiquismo. Ainda afirma que, a saúde mental é compreendida através dos processos psíquicos que estão relacionados às execuções das atividades, encontrando-se ligados ao processo de motivação e satisfação no trabalho.

Breilh (apud CODO et al., 1993, p. 253), afirma que:

A relação saúde/doença é elemento da vida social e que há uma escala crescente de complexidade entre processos inorgânicos, processos orgânicos e processos sociais [...]. No caso humano, o social submete e determina o orgânico (que por sua vez já submetera e determinara o inorgânico); Além de a todos unificar através da diversidade. A investigação do biológico e do psicológico jamais podem despojá-los de suas dimensões sociais.

Assim, os estudos sobre o biológico e psicológico estão necessariamente arraigados às dimensões sociais, uma vez que esta dimensão considerada mais complexa que as demais, termina por englobá-las, sujeitando-as as suas próprias determinações e leis.

O sofrimento psíquico é desencadeado devido a uma ruptura entre a objetividade e a subjetividade, uma separação entre o sujeito e o mundo, o sujeito e o outro, o sujeito e o sujeito, e o sujeito e o objeto. A exemplo, tem-se o capitalismo, onde o trabalho é sinônimo de alienação, no qual o trabalhador não reconhece o seu produto final e, conseqüentemente, não reconhece a si mesmo, psicologicamente, há uma ruptura entre o sujeito e o objeto. Sempre que existe uma ruptura entre o homem e objeto, o homem busca meios de reapropriação desta quebra. Entretanto, os mecanismos de reapropriação do homem e do objeto podem ocorrer a nível real ou mágico, isto é, "real, quando exerce uma atuação de retorno sobre o locus da ruptura [...]" (CODO et al., 1993, p. 264), ou seja, o homem busca a sutura entre o sujeito-

objeto no próprio local da quebra, e a mágica, “quando retoma o controle, instaura a reapropriação, na ausência do set que desenha a ruptura e sem possibilidades de retorno à situação-locus [...]” (CODO et al., 1993, p. 264). Desta forma, quando o indivíduo não consegue reapropriar-se da quebra diretamente no local da ruptura, desloca a reapropriação para um outro lugar onde possa recuperá-la.

Existe também o modo reapropriação individual. Quando há a ruptura sujeito-objeto, o indivíduo perde o controle sobre si e sobre o meio. Uma das maneiras de reapropriar-se deste controle é retornar a alguma situação em que o indivíduo retinha o controle, por exemplo, um mecânico não consegue identificar um determinado problema no carro, e cria um repentino ciúme da esposa. A reapropriação deve ser buscada em uma forma socialmente disponível, seja ela um hobby, um esporte, uma religião, pois uma reapropriação solitária é, indubitavelmente, a porta para a doença mental.

Codo et al. (1993), em suas investigações, constataram que a doença mental é ocasionada em consequência da ruptura, mas somente quando os modos de reapropriação não funcionam. E não quando ocorre a ruptura entre o indivíduo e o objeto, entre eu e eu, e entre o eu e o outro como postula a literatura. Na perspectiva dos mesmos, “a ruptura é muito mais antiga que a doença mental, que as sociedades encontraram modos de reapropriação e os institucionalizaram, prevenindo a dor de enfrentar o estranhamento de si mesmo” (CODO et al., 1993, p. 266).

A partir da década de 80 houve uma intensificação nos estudos sobre Saúde Mental no Trabalho. Segundo Owens (apud GUIMARÃES et al., 1999), nos últimos anos, teve-se uma inclinação nas pesquisas sobre Saúde Mental para a questão da sintomatologia, principalmente as que se referem aos transtornos depressivos e de ansiedade, não atentando para o impacto dos transtornos mentais provenientes do ambiente de trabalho. A referida autora, afirma ainda que não há nestas pesquisas enfoque sobre o efeito destes transtornos na execução do trabalho.

2.5 A PSICODINÂMICA DO TRABALHO

De acordo com Dejours et al. (1994), tradicionalmente, o processo de saúde-trabalho, sobretudo, saúde mental, esteve centrado, principalmente, em duas concepções, ou seja, nas concepções médico – psiquiátricas, que se valem dos modelos causalistas (o ambiente de trabalho é gerador das desordens da saúde mental e física dos operários) e solipsista (o ambiente de trabalho é apenas um fator desencadeante ou revelador de doenças ou síndromes

que estão predispostas nos operários. Desta forma, o trabalho não é responsável pela saúde mental e física dos trabalhadores), e sociológicas.

Numa abordagem renovadora, para a relação trabalho – saúde mental deve-se considerar tanto as condições de trabalho (as pressões físicas, químicas, biológicas, etc) como também a sua organização (divisão das atividades, das relações humanas, da relação de produção), o primeiro afeta o corpo, o segundo atinge o funcionamento psíquico. Deve-se também haver uma revisão quanto à instrumentação metodológica e teórica, tendo por base a psicopatologia da normalidade, visto que o estudo é centrado no campo psicopatológico da normalidade, isto é, num campo não ocupado pela loucura (a normalidade dos comportamentos não significa a ausência de sofrimento. Este não despoja o indivíduo do prazer) e a psicopatologia tradicional, pois se apóia no modelo da fisiopatologia das doenças do corpo, ou seja, é essencialmente o estudo das doenças mentais e da loucura.

A princípio, o modelo da psicopatologia do trabalho era causalista, ou seja, o comportamento dos trabalhadores é advindo de sua própria vontade ou pela força das pressões da situação, entretanto, este modelo aos poucos perde lugar para um modelo dinâmico específico, no qual enfatiza-se as estratégias coletivas e os seus ajustamentos. Assim, segundo Dejours et al. (1994, p. 122),

[...] os trabalhadores permanecem, sejam quais forem as circunstâncias, sujeitos de seu trabalho, pensam sobre sua situação e organizam sua conduta, seu comportamento e seu discurso, com uma coerência fundada na compreensão que se supõe que eles tenham da condição que seu estado traz ao trabalho.

De acordo com Dejours (apud MENDES, 1999, p. 156), a Psicopatologia do Trabalho pode ser conceituada como sendo:

a análise dinâmica dos processos psíquicos mobilizados pela confrontação do sujeito com a realidade do trabalho. Dinâmica no sentido de que a investigação toma por centro de gravidade os conflitos que surgem do encontro entre um sujeito que viveu uma história singular e preexistente a este encontro e uma situação de trabalho cujas características são em grande parte fixadas independentemente da vontade do sujeito.

A Psicodinâmica do Trabalho considera a subjetividade do indivíduo no conflito deste com uma situação de trabalho, assim como, o mesmo nunca é tido como um sujeito isolado, sempre se considera as suas relações com os outros trabalhadores, com a hierarquia, com os subordinados. Desta forma, a organização do trabalho é vista como uma relação intersubjetiva e social. Enfim, o método da psicopatologia do trabalho tenta unir o sujeito e a organização do trabalho. Aquele é considerado dentro das relações com o coletivo e a organização como uma

relação socialmente construída, no qual há negociações e compromissos, e não apenas ao que se refere à tecnologia.

A Psicodinâmica do Trabalho tem por finalidade estudar o sofrimento no trabalho. “Sofrimento compatível com normalidade e com a salvaguarda do equilíbrio psíquico, mas que implica toda uma série de procedimentos de regulação” (DEJOURS et al., 1994, p. 127); e revelar como as mais variadas formas de organização do trabalho influenciam o pensar e o sentir dos trabalhadores, ocasionando sofrimento, angústias, medos e infelicidades. Assim, é essencial a distinção entre o sofrimento originado na história psíquica própria de cada indivíduo e o sofrimento originado do encontro do sujeito com a situação de trabalho. O aparelho psíquico é o alvo de impacto direto do sofrimento gerado pela organização do trabalho. Este sofrimento emerge através do choque entre a história individual, portadora de projetos, esperanças e desejos e uma organização do trabalho que as ignora.

Desta forma, o desafio é diminuir ou eliminar a distância que há entre a organização prescrita e a organização real do trabalho, visto que tal distância é nociva para a saúde, para a segurança, e para a qualidade da produção. A Psicodinâmica do Trabalho investiga a Saúde e Doença Mental através das estratégias defensivas que o trabalhador elabora diante do sofrimento ocasionado pela organização do trabalho.

Na perspectiva de Dejours et al. (1994), o distanciamento do trabalho prescrito do trabalho real pode ocasionar falta de solidariedade dos coletivos de trabalho, do sindicalismo, a extinção das relações de confiança, o desengajamento pessoal, enfim, um distanciamento das relações sociais de trabalho, no qual, indubitavelmente, o individualismo triunfante reinará. A exemplo, tem-se a prática do quebra-galho, improvisado realizado pelos trabalhadores em algumas situações para tornar possível a continuidade do trabalho. A princípio, esta prática é fonte de gratificações morais pela inventividade, iniciativa, pela inteligência astuciosa, porém, pode gerar desconfiança dos operários para com os seus chefes e até mesmo entre eles, pois por não fazer parte do trabalho prescrito acaba por ser negado, visto que a lei não ampara os quebra-galhos, assim, qualquer acidente ou incidente que ocorra será imputado aos superiores. O medo destes acidentes ou incidentes exterminam a cooperação e a solidariedade do coletivo e, conseqüentemente, nas relações de trabalho prevalecerá um ambiente de insinuações quanto ao desafio, a raiva, a vingança, a sabotagem. Desta forma, a ideologia defensiva do quebra-galho, que não é mais suficiente para aplacar o sofrimento, termina voltando-se contra os próprios operários, pois interfere nas comunicações, nas interações. Esta crise nas relações de trabalho provoca o individualismo, conduzindo-os a tática do segredo, ao desaparecimento do convívio cotidiano.

2.5.1 O Que é Sofrimento?

Segundo Dejours et al. (1994), a rígida organização do trabalho é fonte de carga psíquica do trabalho e quando esta não dispõe de meios adequados para a saída da energia pulsional (através das vias de descargas psíquica, motora, e visceral, que variam de indivíduo para indivíduo dependendo da estrutura da personalidade) leva a um aumento da carga psíquica. Esta, também é derivada de subempregos de aptidões psíquicas, fantasmáticas ou psicomotoras, pois detém a energia pulsional.

Desta forma, a flexibilidade na organização do trabalho possibilita que o operário ajuste o seu modo operatório a partir de suas necessidades fisiológicas e anseios psicológicos, evitando o bloqueamento da relação do trabalhador com a organização do trabalho e, conseqüentemente, o sofrimento, o sentimento de desprazer e tensão. Transformando o trabalho de fadigante para equilibrante. Entretanto, não existe uma organização do trabalho ideal que permita uma boa solução para amenizar a carga psíquica do trabalho de todos os trabalhadores. Assim, como não se pode atribuir o aumento da carga psíquica à estrutura da personalidade do trabalhador. Enfim, de acordo com Dejours et al. (1994, p. 31), “o estudo da carga psíquica de trabalho procede caso por caso. Não há uma solução geral para diminuir a carga psíquica do trabalho”. Esta não é quantificável, visto que é qualitativa, subjetiva.

Na visão de Araújo (1999), a palavra sofrimento consiste em desconforto e insatisfação, entretanto, tais estados não impossibilitam a continuidade do exercício profissional, mas, são fontes de desprazer e de irrealização pessoal no trabalho.

Ainda segundo a mesma, a psicodinâmica do trabalho determina a insatisfação e a ansiedade como sintomas desencadeados pelo sofrimento nas organizações. Portanto, o sofrimento é um estado de luta do indivíduo em oposição à organização do trabalho que o joga para a doença mental. Para evitar este sofrimento, surgem as estratégias defensivas, as quais reduzem a percepção que os trabalhadores possuem das pressões organizacionais. Funcionam como regras.

As estratégias coletivas de defesa negam a percepção da realidade. Esta Percepção irrealista pode provocar alienação. Assim, o sofrimento para os trabalhadores é derivado do enfraquecimento da estratégia defensiva e não do trabalho, deixando de ser uma defesa contra o sofrimento para ser uma promessa de felicidade, erguida em ideologia.

Diversas são as situações de trabalho que podem desencadear ansiedade e, por conseqüência, sofrimento nos trabalhadores, algumas delas são: As condições físicas e químicas de trabalho ocasionam perigo para o corpo, o medo do perigo repercute em desgaste

mental. Na fala dos trabalhadores, pode-se verificar que existe um maior sofrimento devido à ansiedade do que a uma sobrecarga de trabalho ou de uma carga psicossensório-motora bastante elevada; O trabalho por produção requer do operário ritmo de trabalho, de produção, à velocidade, assim, o medo de não conseguir acompanhar o ritmo, a cadência e as cotas de produção gera ansiedade, bem como o salário, os prêmios, as bonificações; Outro fator que pode desencadear ansiedade são as relações de trabalho, pois repreensões e favoritismo na divisão dos trabalhadores são artifícios que chefe de equipe e contramestre fazem uso.

Como foi mencionado anteriormente, o sofrimento também pode ser gerado por insatisfações no trabalho: A insatisfação com o conteúdo significativo da tarefa, isto é, o não conhecimento do significado da tarefa pode gerar insatisfação no trabalho e, por consequência, sofrimento psíquico. Segundo Dejours (1992, p. 52), “quanto mais a organização do trabalho é rígida, mais a divisão do trabalho é acentuada, menor é o conteúdo significativo do trabalho e menores são as possibilidades de mudá-lo. Correlativamente, o sofrimento aumenta”; Insatisfação com o conteúdo ergonômico do trabalho, a ergonomia consiste numa área de conhecimento que objetiva adaptar o trabalho ao indivíduo. Desta forma, a intervenção ergonômica no trabalho busca propiciar melhorias nas condições de trabalho. Todavia, a insatisfação destas intervenções se deve ao fato da sua resolução não ser definitiva, não atingir a profundidade do problema, uma vez que soluciona uma determinada queixa que se encontra em maior nível de intensidade e, posteriormente, quando o trabalhador ver-se desprovido deste problema, outro que se encontrava subjacente ficará em destaque. Por exemplo, a intervenção ergonômica aplaca a lombalgia relativa a uma torção da coluna, decorrente de postura inadequada do trabalhador. Após este alívio, outra dor pode manifestar-se, como a cervicalgia, ocasionada pela posição da cabeça e a distância olho-atividade. “Enquanto a ergonomia não trazer satisfação suplementar ao nível do conteúdo significativo do trabalho, só poderá trazer alívio limitado” (DEJOURS, 1992, p. 57). A divergência entre o conteúdo ergonômico do trabalho (físico, químico, biológico) e a estrutura da personalidade produz sofrimento mental. Esta insatisfação, trata-se antes de tudo, ao nível do concreto e não do simbólico, uma vez que esta é desencadeada pela insatisfação do conteúdo significativo do trabalho.

Contudo, o sofrimento pode ser utilizado para o aumento da produtividade, como é o caso do distanciamento do trabalho prescrito para o trabalho real, onde o trabalhador, através da sua inteligência astuciosa consegue encontrar meios para a continuidade do trabalho e, conseqüentemente, minimiza o sofrimento, com o diferencial de gerar prazer pelo trabalho bem-sucedido. A inteligência astuciosa só é possível quando existem condições psicológicas

singulares, isto é, concordância entre o teatro real do trabalho e o teatro interno dos fantasmas e da história de vida, e condições sociais, isto é, reconhecimento da hierarquia e dos pares para que haja validação social. O devido reconhecimento da contribuição da inteligência astuciosa pode estabilizar e ser utilizada pelo coletivo dos trabalhadores, no qual auferirá lucro para a organização. É desta forma que surgem e são passadas as 'regras de ofício'. Enfim, as condições sociais e psicológicas podem ocasionar um sofrimento essencialmente defensivo ou essencialmente criativo.

Segundo Dejours (1992), como exemplo da exploração do sofrimento originado da insatisfação no trabalho que pode contribuir para o aumento da produção, tem-se o caso das telefonistas, nesta atividade há uma série de limitações, de restrições, nas quais provocam sofrimento, isto é, frustração, agressividade, tensão nervosa. O único meio que dispõem para canalizar esta energia é aumentando o ritmo de trabalho, ou seja, diminuir o tempo de comunicação e conduzir o interlocutor a desligar mais rápido, o que, inevitavelmente, elevará a produção.

A exploração da ansiedade pode ser essencial na organização do trabalho. Como se pode constatar na indústria petroquímica, onde os trabalhadores não possuem um conhecimento técnico dos procedimentos nela utilizados. Esta ignorância aumenta o medo dos riscos. A cúpula da organização faz uso deste medo, lembrando-os insistentemente dos perigos a que estão submetidos, com o intuito dos operários realizarem suas tarefas em estado de alerta constante. "O risco cria, espontaneamente, a iniciativa, favorece a multiplicidade da tarefa e permite a economia de uma formação verdadeira [...]" (DEJOURS, 1992, p. 112).

O medo também pode impor ordem social na organização, seja com relação a conflitos de qualificação profissional, de condições de trabalho, de salários, de greve. Ainda sobre as indústrias petroquímicas, a paralisação da produção (greve) significa riscos de acidentes. Desta forma, a direção sempre argumenta a segurança em qualquer movimento reivindicatório, culminando no controle social da empresa.

Um contra-exemplo tem-se na aviação de caça, isto é, nesta há a preocupação com a relação saúde-trabalho, diferentemente do que acontece, por exemplo, na construção civil (este exemplo será mencionado posteriormente), pois a formação de um piloto custa um preço alto. O aprendizado, a formação, e o treinamento do piloto são altamente rigorosos. A preparação técnica que lhes são proporcionados para as missões contribui para a defesa contra a ansiedade e o medo, pois além de técnica é uma preparação psicológica para todas as situações em que a morte é iminente. Na perspectiva de Dejours (1992, p. 87), "apesar da adaptação do trabalho ao homem e da adaptação do homem ao trabalho, os riscos

permanecem grandes, as condições de trabalho continuam sendo de uma natureza excepcional; incidentes e acidentes não são excepcionais". Entretanto, a satisfação no trabalho exclui estas questões, pois ser um piloto de caça significa fazer parte da elite da aeronáutica, ser um alguém admirado, respeitado, com capacidade intelectual, psicológica e física em perfeita relação, visto que a complexidade do trabalho destes profissionais é extraordinária.

2.5.2 A Ideologia Defensiva

As estratégias defensivas além de funcionar como uma defesa a algo que possa constranger o operário perante o seu convívio social é também e, principalmente, uma defesa que os trabalhadores elaboram diante de situações que possam comprometer a continuidade do trabalho, são mecanismos utilizados para enfrentar o sofrimento ocasionado pela organização do trabalho, na tentativa de manter o equilíbrio psíquico. As quais podem mascarar ou minimizar a percepção da realidade de trabalho que é fonte de sofrimento. Assim, as estratégias têm por finalidade dissimular, encobrir, conter uma ansiedade grave. Elas são caracterizadas por comportamentos de isolamento psicoafetivo e profissional do grupo de trabalho, de descrença, de resignação, de renúncia à participação, de indiferença, e de apatia.

Segundo Mendes (2002), nas pesquisas realizadas pela mesma em 1994 e 1996, pôde-se constatar comportamentos defensivos como a racionalização, o individualismo, e a passividade. Na perspectiva desta autora, a racionalização "origina-se na dissociação do processo de trabalho, manifestando-se pelo emprego de justificativas racionais às situações de conflito" (MENDES, 2002, p.34), ou seja, o sujeito diante da negação de suas expectativas, tenta justificar de maneira coerente a deficiência do sistema organizacional (as razões que geram sofrimento, o distanciamento do trabalho prescrito para o real); o individualismo surge pela incapacidade de lidar com situações que provoca sofrimento, como falta de confiança, de cooperação, etc; a passividade dos trabalhadores ocorre diante das rígidas determinações e das impossibilidades de mudanças da organização do trabalho, isto é, o indivíduo não se impõe ante as exigências e impossibilidades de modificação que estão sujeitos no seu contexto de trabalho.

De acordo com Dejours (1992), o medo faz parte da vivência dos trabalhadores em qualquer que seja o seu ambiente de trabalho. Desta forma, exige sistemas defensivos específicos. Por exemplo, têm-se os operários da construção civil, estes criam uma pseudoinconsciência dos riscos, ou seja, ignora os perigos que o trabalho oferece, resiste ao

uso dos equipamentos de segurança, visto que não são suficientes para livrá-los dos riscos, assim, como os lembra do perigo da sua profissão. Mas, para esta estratégia defensiva funcionar se faz imprescindível a participação de todos os membros do grupo. Portanto, aquele que não se adequar a tais situações será eliminado da equipe.

Ainda há as estratégias defensivas individuais, pois a Organização Científica do Trabalho exigiu dos trabalhadores respostas defensivas individualizadas, por propiciar ao operário o não conhecimento do significado do seu trabalho e, principalmente, o de todo o grupo, a fragmentação da coletividade, bloqueando as defesas coletivas. Assim, o trabalhador está imerso a uma situação na qual sozinho terá que buscar meios para se auto-ajudar, terá que encontrar um 'truque' para conseguir algumas dezenas de segundos no ciclo operatório, visto que o sistema de Taylor é caracterizado por um trabalho repetitivo, robotizado, por uma rígida organização, divisão do trabalho, que tem por finalidade o aumento da produção.

Desta forma, a ideologia defensiva é relevante na medida em que possibilita o prosseguimento do trabalho. As estratégias podem concomitantemente manter o equilíbrio psíquico por negar, amenizar a percepção da realidade, e gerar alienação justamente por essa visão irrealista da situação de trabalho.

2.6 ESTRESSE

Hans Selye, em 1926, utiliza o vocábulo estresse pela primeira vez na área da saúde, ao perceber a frequência com que pessoas apresentavam diversas doenças físicas e queixavam-se de alguns sintomas em comum, a saber: pressão alta, falta de apetite, desânimo e fadiga. Este fenômeno foi designado de "Síndrome de Estar apenas Doente" ou ainda "Síndrome de Adaptação Geral", posteriormente, foi denominada de estresse (COSTA apud CARIRI, 2003).

Selye (1965), diz que o estresse é o estado que se apresenta ocasionado por alterações mensuráveis no organismo, assim, freqüentemente, é efeito do empenho para a alta preservação do corpo, isto é, homeostase. Segundo Fernandes et al. (1997), a abordagem do estresse visa analisar o processo saúde-doença a partir das relações entre as esferas psicobiológicas e sociais. Lipp e Rocha (apud CARIRI, 2003), conceituam estresse como uma reação provocada por algum acontecimento que possa embaraçar, causar medo ou emocionar profundamente o sujeito. Já Ferreira (1999), diz que estresse denota o conjunto de reações do organismo diante de agressão que possam afetar o equilíbrio interno do homem, como agressões física, psíquica, infecciosa.

Cariri (2003), ao reportar o estresse na situação de trabalho, afirma que é um problema que pode ser desencadeado em função das pressões relativas as condições de trabalho e seus fatores internos decorrentes, os quais quando mal geridos podem provocar conflitos, desequilíbrios orgânicos e/ou psicológicos, etc.

Para Micheline (apud CARIRI, 2003), a maneira como o sujeito reage ante uma situação estressante varia a partir da sua percepção frente a experiência, e de como se encontra o estado de saúde geral do indivíduo, que é composto por fatores genéticos, comportamentais, e estilo de vida. Assim, como também, os traços de personalidade são determinantes para a elevação ou redução da vulnerabilidade perante experiências causadoras de estresse. Portanto, a morbidez diante de experiências estressantes pode estar relacionada ao sexo, raça, personalidade, formação genética, fatores sociais e psicológicos. Partindo dessa perspectiva Lipp e Rocha (apud CARIRI, 2003), estudaram duas espécies de personalidades, identificadas como tipo "A" e tipo "B". Os autores citados, afirmam que a personalidade do tipo "A" é caracterizada por pessoas que no cotidiano vivem constantemente apressadas, são competitivas, se auto-avalia e são avaliadas pelos os seus feitos, buscam, obsessivamente, fazer sempre mais e em menos tempo. Enfim, são sujeitos com o modo de vida propício ao desenvolvimento do estresse, em virtude da possibilidade de gerar enorme desgaste emocional e/ou físico e, conseqüentemente, reflete-se nas defesas naturais e na atuação profissional. Enquanto a personalidade do tipo "B" é caracterizada por pessoas que procuram viver no equilíbrio entre trabalho e lazer, desafio e tranqüilidade, estresse e relaxamento, luta e calma, exercício e descanso.

De acordo com Selye (1965), o estresse é caracterizado por três fases, são elas: a fase da reação de alerta, a fase de resistência, e a fase de exaustão. Quando há o confronto inicial com o agente estressor (pode ser positivo ou negativo) – é tudo o que provoca o rompimento do equilíbrio interno, ou seja, a homeostase, requerendo do sujeito algum tipo de adaptação (FRANCA apud CARIRI, 2003) – a reação de alerta se estabelece, e o organismo na tentativa de proteção vai em direção ao combate ou a fuga. Se o agente estressor permanece por um curto período de tempo, essa fase é cessada, após algumas horas que a adrenalina é suprimida, e a homeostase é recuperada havendo a reparação completa do organismo. Neste período, há uma elevação na produtividade do sujeito, assim, se o estresse for bem gerenciado pode ser utilizado como produtor de motivação, vigor e energia. Todavia, se o estressor se prolongar ou se for de uma intensidade excessiva, o organismo através da ação reparadora restaura o equilíbrio interno, passando para a fase de resistência ao estresse. Nesta fase, o sujeito dispende toda a energia adaptativa para recuperar o equilíbrio. Os sintomas característicos e

freqüentes desta fase, são: sensação de desgaste generalizado sem motivo aparente e problemas de memória. Apesar do enfraquecimento e suscetibilidade de afecções no organismo, se o indivíduo controlar ou extinguir o agente estressor poderá se recuperar sem danos.

Não obstante, foi identificada por Lipp no processo de avaliação do instrumento ISSL (Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp) uma outra fase do estresse, a qual designou de quase-exaustão, esta se encontra entre a fase de resistência e de exaustão. Nesta fase, o indivíduo apresenta-se enfraquecido, não conseguindo mais adaptar-se ou resistir ao estressor. As afecções começam a aparecer, porém o nível de gravidade é inferior ao da fase de exaustão (LIPP apud CARIRI, 2003). Desta forma, a fase de resistência é constituída de duas etapas: a primeira refere-se ao conceito de Selye sobre esta fase e a segunda reporta-se a fase de quase-exaustão de Lipp, que se encontra no período em que a resistência está quase se exaurindo.

A fase de exaustão ocorre quando há a evolução do processo de estresse, isto é, quando há uma maior prolongação do agente estressor ou quando outros estressores ocorrem concomitantemente, culminando na exaustão psicológica. Quando há o surgimento desta fase ou mesmo com a sua proximidade, as afecções psicológicas e físicas tornam-se muito freqüentes. Entretanto, o estresse não causa afecções, ele debilita o organismo deixando-o vulnerável para o desencadeamento de patologias predispostas, funcionando, desta forma, como uma espécie de estimulante para o surgimento de doenças.

A partir do conceito de saúde, da Organização Mundial da Saúde, já mencionado anteriormente, constata-se que as conseqüências do estresse, na área da saúde, perpassam a dimensão física, podendo afetar, também, as dimensões psicológica e social.

Partindo desta perspectiva, Robbins (apud CARIRI, 2003), posiciona as conseqüências do estresse em três categorias, a saber: Sintomas fisiológicos, sintomas psicológicos, e sintomas comportamentais. Segundo Leal (apud CARIRI, 2003), as afecções ocasionadas ou agravadas pelo estresse, atualmente reconhecidas pela Medicina, na dimensão física ou sintomas fisiológicos, são: a úlcera (estomacais ou duodeno), ataques cardíacos, doenças cardiovasculares, doenças coronarianas (angina pectoris e enfarte do miocárdio), hipertensão arterial, enxaquecas, distúrbios digestivos (colite, espasmos do cólon, gastrite, diarreia, prisão de ventre crônica). Os sintomas usualmente encontrados são: aumento da sudorese, nó no estômago, hiperacidez estomacal, taquicardia, hiper-ventilação, aperto da mandíbula, ranger de dentes, hiperatividade, esfriar de mãos em virtude da contração de vasos sanguíneos e náuseas.

Na dimensão psicológica ou emocional, têm-se: ansiedade, pânico, tensão, angústia, insônia, alienação, dificuldades interpessoais, questionamentos em relação a si próprio, preocupação excessiva, inabilidade para relaxar e para falar sobre outros assuntos que não estejam associados ao agente estressor, tédio, ira, depressão, e a hipersensibilidade emotiva.

Já a dimensão comportamental é caracterizada por pessoas: ansiosas, deprimidas, com insônia, angustiadas, que apresentam alto índice de absenteísmo no trabalho, com rotatividade freqüente nos empregos, conflitos conjugais e, também, por pessoas que tentam solucionar os problemas através do uso de drogas, do consumo excessivo de cigarro, álcool, e da gula.

Estas categorias sintomáticas além de acarretarem seqüelas à saúde, podem ocasionar o afastamento do trabalho, internação hospitalar, desequilíbrio pessoal-familiar, perda de emprego e constrangimento social. Assim, os resultados do estresse podem ser desastrosos para o homem, se uma vez cômico do problema, do desequilíbrio interno, não buscar meios para recuperar a homeostase.

Como foi relatado anteriormente, o estresse provoca conseqüências físicas, emocionais e sociais, assim sendo, também têm implicações nas relações de trabalho, é o chamado estresse ocupacional. Este, está relacionado às experiências de labor, que provocam mobilidade excessiva na energia adaptativa, indo além das capacidades física e psíquicas do sujeito. Fernandes et al. (1997, p. 45), diz que o estresse ocupacional “[...] analisa os fatores do estresse no trabalho e suas relações com ambiente extra-trabalho”.

Cooper e Davidson (apud FERNANDES et al., 1997), afirmam que a manifestação do estresse ocupacional é conseqüência da interação das seguintes dimensões: trabalho, ou seja, do tempo de serviço, de fatores ligados ao posto de trabalho, da função na empresa, do apoio social de colegas, supervisores e subordinados, e da estrutura e atmosfera da organização; individual, isto é, das características genéticas e demográficas, e de acontecimentos vitais; social, ou seja, de mudanças de vida (urbana ou rural), e de contatos e atividades sociais.

Na perspectiva de Delboni (1997), os principais agentes estressores que podem atingir o organismo do indivíduo estão divididos em quatro fatores, a saber: fatores sociais (insuficiência dos meios de transportes, ausência de segurança nas cidades, guerra ou conflitos sociais, desemprego, dificuldade financeira, custo de vida, trânsitos nas grandes cidades), fatores familiares e afetivos (afecções prolongadas nos familiares, problemas de relacionamento e familiar, separações afetivas), fatores organizacionais (ausência de treinamentos adequados, superiores hierárquicos mal preparados, condições de trabalho inadequadas, metas utópicas, insuficiência de material de trabalho, indefinição quanto ao futuro da organização, administração inadequada, falta de clareza dos objetivos da

organização, comunicação deficitária, departamento de recursos humanos ausente ou controlador), e fatores pessoais (autoritarismo, culpa, raiva contida, necessidade de agradar, medo de errar, de perder, de ser diferente, de expressar o que hesita, e medo de perder tempo).

Podendo, ainda, acrescentar fatores como o aumento da quantidade de trabalho, conflitos diários no trabalho, ausência de controle da situação, pressões no trabalho, incompreensão dos superiores hierárquicos, ambiente desfavorável ao funcionário, e função não adequada ao trabalhador (CARVALHO; SERAFIM apud CARIRI, 2003).

Contudo, verifica-se que os prejuízos causados pelo estresse não restringem apenas ao indivíduo, implicando também na organização, resultando para as instituições em perdas de ensejos, diminuição da produtividade, absenteísmo, aumento dos custos com a saúde, prejuízos financeiros.

com Vergara (1997), a pesquisa exploratória é desenvolvida em campos onde há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Para Gil (1991), a pesquisa exploratória limita-se a definir objetivos e a investigar sobre uma determinada temática, possibilitando a familiarização ou aquisição de uma nova percepção do fenômeno, e a descoberta de novas ideias.

Vergara (1997, p. 45), afirma que a pesquisa descritiva:

É feita com o intuito de descrever uma população ou de descrever fenômenos. Não tem como objetivo estabelecer conclusões sobre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

Na visão de Gil (op. cit), a pesquisa descritiva busca caracterizar o fenômeno quanto a sua frequência, natureza e características, por meio da observação, da análise, do registro, da correlação dos fatos ou fenômenos, sem a intervenção do pesquisador.

A pesquisa foi desenvolvida por meio da investigação de dois estudos realizados entre policiais militares no campo de Saúde Mental. O primeiro estudo cujo tema é Trabalho, Sofrimento e Violência: O Caso dos Policiais Militares é composto por uma amostra de 10 (dez) policiais militares e o segundo estudo com o tema Estresse: um estudo entre policiais militares da Paraíba possui uma amostra de 96 (noventa e seis) policiais militares.

3.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta dos dados da pesquisa foi realizada através de fontes secundárias, a saber: livros, monografias, web sites e revistas.

Na perspectiva de Roesch (1999), dados secundários são dados já existentes, não produzidos pelo pesquisador, que foram coletados para outros fins. Segundo a Wikipédia

3 METODOLOGIA

Este capítulo trata dos procedimentos da metodologia científica utilizada no estudo em questão no que concerne ao tipo de pesquisa, ao instrumento de coleta de dados e ao tratamento dos dados, bem como os seus respectivos conceitos.

3.1 TIPO DE PESQUISA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica exploratória-descritiva. De acordo com Vergara (1997), a pesquisa exploratória é desenvolvida em campos onde há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Para Gil (1991), a pesquisa exploratória limita-se a definir objetivos e a investigar sobre uma determinada temática, possibilitando a familiarização ou aquisição de uma nova percepção do fenômeno, e a descoberta de novas idéias.

Vergara (1997, p. 45), afirma que a pesquisa descritiva:

Expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

Na visão de Gil (op. cit), a pesquisa descritiva busca pormenorizar o fenômeno quanto a sua frequência, natureza e características, por meio da observação, da análise, do registro, da correlação dos fatos ou fenômenos, sem a intervenção do pesquisador.

A pesquisa foi desenvolvida por meio da investigação de dois estudos realizados entre policiais militares no campo da Saúde Mental. O primeiro estudo cujo tema é Trabalho, Sofrimento e Violência: O Caso dos Policiais Militares é composto por uma amostra de 10 (dez) policiais militares e o segundo estudo com o tema Estresse: um estudo entre policiais militares da Paraíba possui uma amostra de 96 (noventa e seis) policiais militares.

3.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta dos dados da pesquisa foi realizada através de fontes secundárias, a saber: livros, monografias, *web sites* e revistas.

Na perspectiva de Roesch (1999), dados secundários são dados já existentes, não produzidos pelo pesquisador, que foram coletados para outros fins. Segundo a Wikipédia

(2007), dado secundário é aquele que se fundamenta em uma fonte original ou primária, ou seja, é composto de elementos provenientes das fontes originais, desta forma, não cria a fonte original, mas a utiliza.

3.3 TRATAMENTO DOS DADOS

O procedimento utilizado para o tratamento dos dados foi o qualitativo. Compreende-se por tratamento qualitativo, aquele que faz uso dos fatores intrínsecos para abordar os fenômenos, tornando-se mister a captação e classificação pelo pesquisador (Gil, 1991).

De acordo com Góis (1996), a pesquisa qualitativa utiliza a análise subjetiva para compreender o fenômeno estudado, baseando-se nas teorias da fenomenologia e do marxismo.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DAS PESQUISAS

O capítulo em questão apresenta duas pesquisas realizadas com Policiais Militares, bem como, suas discussões e análises. A primeira foi desenvolvida por Amador (2000), com o tema: Trabalho, Sofrimento e Violência: O Caso dos Policiais Militares e a segunda foi desenvolvida por Cariri (2003), com o tema: Estresse: um estudo entre policiais militares da Paraíba.

4.1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA 1

TRABALHO, SOFRIMENTO E VIOLÊNCIA: O CASO DOS POLICIAIS MILITARES

Amador (2000), no transcorrer do curso de Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, realizou uma pesquisa com policiais militares. Cujo objetivo foi analisar “o impacto dos aspectos institucionais e organizacionais do trabalho sobre a subjetividade e a saúde mental dos policiais militares, visando a compreender as articulações entre trabalho, sofrimento psíquico e violência policial” (AMADOR, 2000, p. 65). Para tanto, fez uso da pesquisa qualitativa; os instrumentos e técnicas utilizados foram: a observação documental, a observação direta simples, e entrevista semi-estruturada. A amostra da entrevista foi composta por 10 (dez) policiais militares, destes, 50% possuíam mais de dez anos na profissão (esta amostra foi composta por um capitão masculino, dois sargentos masculinos, uma sargento feminino, um cabo masculino e um soldado masculino). Salienta-se que esta amostra é superior a 50%, e não apenas 50% como afirmou a autora citada. Dos 50% restantes, 25% possuíam entre cinco e dez anos de trabalho (um soldado masculino, um tenente masculino, e um soldado masculino da PATAMO – são as patrulhas reforçadas), e os outros 25%, possuíam menos de cinco anos na atividade (um soldado masculino e uma soldado feminino da PATAMO). A análise dos dados foi realizada através da Análise de Conteúdo de Bardin.

Como campo teórico, fundamentou-se na Psicodinâmica do Trabalho, visto que: reporta-se aos processos intersubjetivos e interativos derivados do impacto da organização do trabalho; ressalta os fatores psicodinâmicos dos indivíduos trabalhadores e o sofrimento. Sofrimento, este, situado entre a descompensação psíquica e o bem-estar psíquico.

A organização do trabalho é fator relevante para o sujeito na medida em que ela possui “poderes” para encaminhar o indivíduo para a doença ou para a saúde, isto é, se a organização

do trabalho não proporcionar negociações para o trabalhador adequar a sua subjetividade no exercício do trabalho real (espaço criativo, de invenção) e, conseqüentemente, em oposição ao trabalho prescrito (modos operatórios instituídos), o condicionará para a doença e vice-versa.

Assim, para a análise da violência policial,

[...] entendida no estudo em questão como as atitudes arbitrárias cometidas por policiais no exercício do trabalho contra a população e seus combatidos, implicando neles danos físicos e/ou psíquicos. Ou seja, a violência 'desnecessária', exercida contra alguém quando já não mais se justifica seu uso (AMADOR, 2000, p. 71),

a luz da Psicodinâmica do Trabalho, foi mister reputar a forma como a Polícia Militar interpreta o aspecto institucional e organizacional do seu trabalho, ou seja, a análise de como estes aspectos implicaram na instância psíquica dos policiais, enfatizando a maneira como se constitui e é gerenciado o sofrimento decorrente dessa articulação.

Nos resultados obtidos verificou-se fatores relativos à pressão do trabalho policial, ou seja, pressões do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar; da rigidez das punições; do treinamento, o qual, concomitantemente, era considerado pelos policiais como necessário e excessivo; da relação com a população e com os combatidos, relacionamento, este, embasado pela provocação, agressão e vigilância; e do alto risco do conteúdo da tarefa, decorrentes da profissão os "obrigarem" a permanecer em alerta constante.

Constatou-se, também, os *mecanismos* (termo citado pela autora) utilizados pela Polícia Militar para enfrentar as pressões laborais, a saber: 'parar de pensar', ao mesmo tempo em que faz parte do trabalho prescrito, é condição necessária para o desempenho da atividade; criação de figuras imaginária superpoderosas, através destas fantasias consegue 'manter a aparência' de superpotentes.

Desta forma, verificou-se que o trabalho da Polícia Militar pode desencadear sofrimento psíquico, abrangendo, até uma certa modalidade de violência. Assim, é um sofrimento que além de acarretar conseqüência para a saúde do policial militar, produz violência. Bem como, detectou-se que as pressões e desafios desta profissão restringem rigidamente a expressão da subjetividade do policial, visto que apresenta minuciosas prescrições, rigidez nas punições, alto risco da tarefa, etc. Rareando as oportunidades de dirigir seu sofrimento de maneira criativa.

Destarte, o impacto desta realidade na subjetividade e saúde do Policial Militar leva-o a elaboração de mecanismos de defesa, possibilitando a continuidade do trabalho em razoável equilíbrio psíquico, embora estes mecanismos nem sempre sejam os mais saudáveis. Portanto,

a violência configura como um dos mecanismos de defesa para o prosseguimento do exercício profissional, na tentativa de manter o equilíbrio psíquico, o controle de sua subjetividade.

Todavia, Amador (2000, p. 84 - 85), afirma que os policiais militares são

[...] vítimas da organização do trabalho que parece impedir a plena expressão singular e criativa dos sujeitos no trabalho, mas também dos próprios mecanismos defensivos construídos pelo grupo de policiais no cotidiano, os quais, da forma como estão configurados, parecem fazer o mesmo.

Pois, a violência parece ser uma imposição do próprio grupo. A participação acontece executando a violência ou silenciado-se perante a mesma. Limitando, desta forma, a manifestação da singularidade, passando a ser vítima da própria estratégia defensiva.

Na visão desta autora, a violência policial projeta-se tanto na segurança pública quanto na saúde pública, pois afeta uma categoria profissional inteira, incorrendo grave e amplamente sobre a sociedade.

4.2 DISCUSSÃO E ANÁLISE DA PESQUISA 1

A partir dos resultados da pesquisa, observa-se que as pressões na atividade policial são fatores predominantes. Estas pressões podem incorrer diretamente no desempenho do exercício profissional, prejudicando-o substancialmente, visto que podem gerar sofrimento para o militar, implicando na execução da sua tarefa, nas relações com os colegas de trabalho e sobre a sociedade. Detectou-se pressões quanto ao Regulamento Disciplinar da Brigada Militar, da rigidez das punições, do treinamento, do relacionamento dos combatidos, bem como da população e, ainda, do alto risco do conteúdo da tarefa.

Quanto ao treinamento, o policial, ao passo que o julga necessário, também, o julga excessivo. Necessário, por ser imprescindível para a preparação do desempenho nas atividades, uma vez que esta profissão exige bom condicionamento físico para enfrentar as mais diversas situações que possam acontecer, bem como habilidade em lidar com os diferentes tipos de ocorrências. Entretanto, apresentou-se excessivo por denotar humilhação, uma vez que durante o treinamento o policial possa se sentir objeto de prazer daquele que o humilha. O rigor e esforço que o treinamento exige do policial pode levá-lo a exaustão física, não conseguindo acompanhar o ritmo que é imposto. Diante dessa situação, os superiores hierárquicos podem verbalizar palavras que denotem constrangimento, insulto, humilhação, as quais, geralmente, são proferidas perante os colegas de trabalho, tornando-se motivo de rechaço destes. Essa situação pode resultar em tensão, apatia, insatisfação, desconforto e, assim, contribuir para a utilização da violência (enquanto estratégia defensiva), pois por está à

mercê de ações de sujeição – podendo ocorrer tanto durante o treinamento, como também, quando é imposto o cumprimento de ordens – e por possuir autoridade legal para impor a ordem pública, o policial pode descarregar este sofrimento sobre os transgressores da lei, ou seja, usar da sua autoridade e se exceder na abordagem com o infrator.

Observa-se, Também, o sentimento de humilhação no relacionamento da polícia com a população e com os combatidos, pois enquanto este os provoca, aquele os agride e os vigia. Assim, tanto a população como os combatidos além de gerarem pressões, desencadeiam sentimentos de improdutividade, inutilidade, e frustração no exercício do trabalho policial, por fazê-los compreender que o seu trabalho não produz resultados concretos e não é valorizado. O que corrobora com pesquisas onde constataram o alto grau de rejeição social pelo trabalho da Polícia Militar, e verificaram o desinteresse da população por esta profissão. O não reconhecimento social pelo labor do militar pode produzir, neste, desestímulo, insatisfação, tristeza, desprazer, irrealização no trabalho, desmotivação e até mesmo sentimento de raiva, podendo fazer com que este não exerça a sua tarefa com a dedicação, empenho, e esforço que gostaria e necessitaria para um bom trabalho e, desta forma, correr o risco de ser punido severamente pela Instituição.

Já as pressões relativas ao risco do conteúdo da tarefa são conseqüências da necessidade de permanecerem atento constantemente, em virtude de alguma eventualidade que exija o serviço do policial militar e, também, para a segurança do seu próprio bem-estar, ou seja, ficar em alerta para possíveis tentativas de atos praticados por cidadãos contra o policial.

Conseqüentemente, a atividade policial os leva a trabalhar no limiar entre o controle e o descontrole, cuja tensão associa-se ao fato de ocuparem uma linha tênue, entre o bem e o mal, a qual pode ser rompida a qualquer momento, impelindo o policial à prática da violência (AMADOR, 2000, p. 82).

Respalando-se na Psicodinâmica do Trabalho, observa-se que uma rígida organização do trabalho pode gerar sofrimento psíquico e, para evitá-lo, o policial militar passa a elaborar estratégias defensivas que lhes permitam o prosseguimento da tarefa. Desta forma, verificou-se que o policial militar ao deparar-se com as referidas pressões do trabalho, advindas tanto do rigor do sistema organizacional, como de sentimentos negativos provocados por esta e por uma parcela de cidadãos, leva-o a elaborar estratégias de defesa na tentativa de continuidade do trabalho com um moderado equilíbrio psíquico. As estratégias defensivas utilizadas de acordo com as pesquisas, foram: ‘parar de pensar’, ao passo que é exigido no trabalho prescrito, é também imprescindível para a realização do trabalho real. No primeiro caso,

ocasiona desprazer por não permitir a interação das idéias do policial com a realização do trabalho, entretanto, no segundo caso, exprime valorização, pois 'parar de pensar' funciona como uma estratégia para desempenhar sua tarefa, principalmente as perigosas. 'Parar de pensar' na atuação do policial militar se deve aos riscos que estão expostos no seu trabalho cotidiano, por ser uma profissão com alto risco de vida e mesmo agressiva, torna-se necessário essa paralisação para que ele possa cumprir, executar suas atividades, não permitindo que o medo, a fraqueza originados por algumas situações impossibilite o seu desempenho de maneira satisfatória, sobretudo quando se trata de atuar perigosamente; e a criação de figuras imaginárias superpoderosas, por meio destas quimeras, o policial idealiza ser um super-homem, um ser superpotente, um alguém imbatível. Estes devaneios emergem da tentativa de controlar o temor, a fraqueza, o sentimento de inquietação ante situações perigosas e, desta forma, prosseguir o seu trabalho sem maiores problemas.

A violência praticada pelos policiais representa, também, uma estratégia de defesa, cujo intuito é mascarar, conter o sofrimento originado através de uma organização do trabalho que se choca com a história individual de cada policial, para, assim, tentar seguir avante na execução do seu trabalho, mantendo sua subjetividade e evitando a descompensação psíquica. Portanto, mesmo aparentemente, a violência policial proporcionando a imagem de sujeitos situados na fase de desequilíbrio psíquico, sob a ótica das estratégias defensivas, pode-se vê-la como uma tentativa desenfreada de manutenção da subjetividade, como uma forma de administrar o sofrimento.

Partindo da pesquisa de Amador (2000) e dos achados de Ana Mendes (1994, 1996) sobre os comportamentos defensivos, onde a mesma afirma que existem três tipos de comportamentos defensivos, a saber: a racionalização, o individualismo, e a passividade, pode-se hesitar que os policiais militares apresentaram condutas de passividade, visto que este comportamento é derivado de rigorosas determinações e da inflexibilidade de alterações na organização do trabalho, características, estas, observadas no labor dos militares.

Retomando as teorias da Psicodinâmica do Trabalho, verifica-se que as estratégias defesas são "ferramentas" paliativas, visto que o problema não é solucionado na origem, isto é, na organização do trabalho, podendo ainda encobrir ou amenizar a percepção da realidade de trabalho que gera sofrimento. Portanto, os próprios policiais, aparentemente, são vítimas destes mecanismos de defesa, uma vez que entre eles parecem ser imposto o uso da violência no trabalho cotidiano, impossibilitando exprimir as singularidades no trabalho. A participação no uso da violência parece ocorrer ativamente ou calando-se diante da situação. É possível que este silêncio seja justificado pela própria imposição do trabalho prescrito, que restringe

significativamente o espaço para a fala no período de realização da tarefa, sob pena de punição e, até mesmo por imposição dos membros da corporação que argumentam 'não querer' ou 'não ter' capacidade de escutar o outro – fatos, estes, constatados nas entrevistas de Amador (2000). O que de certa forma pode se contrapor à imagem de companheirismo, de forte espírito de grupo, enfim, de relacionamentos favoráveis entre eles, como se observou durante as investigações para o presente trabalho, uma vez que um dos pré-requisitos para as relações humanas é habilidade de saber ouvir o outro.

Contudo, a atividade da Polícia Militar pode ocasionar sofrimento, justamente, por parecer não permitir a regulação entre suas necessidades fisiológicas e desejos psicológicos e o modo operatório, não possibilitando adequar a subjetividade, a singularidade de maneira criativa no trabalho, sendo, desta forma, travado um combate ante a organização que o condiciona para a doença mental. Este sofrimento, que para ser evitado utiliza-se da violência como estratégia de defesa, está incorrendo em todos os efetivos da Polícia Militar, projetando-se na sociedade.

4.3 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA 2

ESTRESSE: UM ESTUDO ENTRE POLICIAIS MILITARES DA PARAÍBA

Cariri (2003), ao desenvolver o Trabalho Acadêmico Orientado do curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, realizou uma pesquisa com policiais militares de João Pessoa/PB, com o objetivo de estabelecer a incidência e prevalência de estresse nos mesmos, determinando a fase de maior prevalência do estresse e morbidades físicas e/ou psicológicas. Neste estudo, fez-se uso da pesquisa quantitativa. Foram utilizados instrumentos como um questionário para levantamento de dados sócio-demográfico, e o Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp. A sua amostra compreendeu 96 (noventa e seis) policiais militares do sexo masculino pertencentes ao 1º e 5º batalhões da Polícia Militar (71 dos policiais eram integrantes do 1º batalhão, enquanto 25 eram integrantes do 5º batalhão). Nesta amostra foram inclusos: Tenente-Coronel, Major, Capitão, Primeiro-Tenente, Segundo-Tenente, Sub-Tenente, Primeiro-Sargento, Segundo-Sargento, Terceiro-Sargento, Cabo, e Soldado, proporcional a sua existência na população alvo do estudo. Apresentando uma margem de erro de 10% e coeficiente de confiança de 95,5%. A análise dos dados foi processada estatisticamente e os resultados apresentados em forma de tabelas e figuras.

Os referências teóricos utilizados sobre o estresse, foram: Selye (1965), Albrecht (1990), Bacaro (1997), Delboni (1997), Fontana (1994), Gamerman (1992), Perkiins (1995),

Rio (1996), Spielberger (1979), Stora (1990), e fundamentou-se, principalmente, em Lipp (1987, 1991, 1994a, 1994b, 1996, 2000a, 2000b).

O estresse consiste em respostas do organismo ante agressões externas, afetando a homeostase. O estresse pode refletir na esfera física, psicológica e social, assim, as suas sintomatologias são fisiológicas, psicológicas e comportamentais. Essas categorias sintomáticas não só podem proporcionar danos a saúde, como também, ocasionam prejuízos na atividade profissional, podendo, inclusive, ocorrer o afastamento do trabalho. O estresse ocupacional é resultado das condições de trabalho a que o indivíduo está submetido. Segundo Menezes (apud CARIRI, 2003), no universo do labor existem algumas profissões especialmente penosas, nestas, encontra-se a atividade do policial militar.

Entretanto, nos resultados obtidos através da pesquisa, constatou-se que entre os policiais militares, 58,3% não apresentaram os efeitos negativos do estresse, enquanto 41,7% apresentaram estresse na fase de resistência. Destes, 50% apresentaram a sintomatologia física, 40% a sintomatologia psicológica, e apenas 10% apresentaram os sintomas físicos e psicológicos.

Portanto, percebeu-se que a maioria dos policiais militares não apresentou estresse, entretanto, o percentual dos que se encontraram nesta condição foi considerável, havendo predominância da fase de resistência e as patologias físicas características desta fase, assim como problemas com a memória, sensação de desgaste físico, e cansaço constante; os sintomas psicológicos mais frequentes foram o pensamento constante num mesmo assunto, e irritabilidade excessiva.

Observou-se, também, que apesar da maioria dos policiais não terem apresentado frequentes comportamentos explosivos ou de raiva com os filhos e companheira, é expressivo o número dos que apresentaram. Em porcentagem, verificou-se que 64,6% não apresentaram frequentes condutas de explosão e raiva e 33,3% apresentaram, usualmente, estas condutas.

Na perspectiva de Cariri (2003), estes comportamentos, originados por problemas de trabalho ou familiares, geram conflitos domésticos, culminando na conduta do policial e, conseqüentemente, refletindo nas relações de trabalho e familiar. A atividade da Polícia Militar requer um modo de vida competitivo, agitado, agressivo, enfim, requer destes, condutas análogas a da personalidade do tipo "A", isto é, condutas típicas de pessoas que diariamente vivem apressadas, são competitivas, se auto-avalia e são avaliadas pelos seus desempenhos, etc, deixando o indivíduo mais propício ao estresse. Assim, pode ser possível que a família, usualmente, seja uma espécie de via de descarga dos problemas de trabalho dos policiais que apresentaram tais comportamentos.

4.4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DA PESQUISA 2

O estresse também pode ser ocasionado pelas condições de trabalho. Assim, partindo-se das investigações sobre a organização e condições do trabalho da Polícia Militar, verificou-se que nesta profissão o risco de vida é uma constante, seja através de combates com infratores da lei, seja através de ameaças; observou-se que o policial não deve manifestar os medos e as fraquezas, visto que é razão para ser zombado; que é exigido do mesmo se autovigiar permanentemente, pois quaisquer ações fora do comum são comunicadas aos superiores hierárquicos; detectou-se que há recusa da sociedade para com o policial militar; que há deficiência nos instrumentos básicos de trabalho, podendo, assim, supor que a maioria dos policiais apresentaria estresse.

Todavia, Cariri (2003), em suas pesquisas detectou que 58,3% dos policiais militares não apresentaram estresse e 41,7% encontraram-se com estresse na fase de resistência. Embora, a maioria não tenha apresentado, foi expressivo o número dos diagnosticados com estresse. Detectando-se, ainda, que dos 41,7%, 50% encontrava-se com sintomas físico, 40% com sintomas psicológicos, e 10% com sintomas físico e psicológico. Desta forma, faz-se indispensável que o Comando Militar tenha mais atenção para com seus policiais, uma vez que nesta fase de prevalência do estresse (fase de resistência) requer especial cuidado, pois durante esta fase o corpo dispende toda a sua energia adaptativa, deixando o sujeito mais propício às morbidades; visto que, também, para bons desempenhos na atividade policial, de segurança pública, são imprescindíveis profissionais bem qualificados, cumpridores do seu dever. O estresse pode conduzir o policial a atos que se chocam com o trabalho prescrito da Organização Militar, por provocar alterações emocionais, comportamentais, e física, que podem ser fonte de ofensas, conflitos, luta corporal, provocações, fragilidade física, etc. Estes fatos incidem no relacionamento entre eles, gerando desavença, divergência, inimizade, podendo incorrer na execução das atividades quando, por exemplo, um tenha que cumprir ordens do outro, ou mesmo quando ambos tenham que trabalhar conjuntamente na resolução de alguma ocorrência, o que, indubitavelmente, refletirá na sociedade, visto que podem não chegar a um comum acordo para a melhor solução do problema, ou mesmo não cumprir as ordens como deveria. A fragilidade física pode afetar o condicionamento físico e prejudicar o desempenho no labor em situações que exija preparo, bem-estar físico, recaindo sobre a sociedade e a Instituição, tornando-se inevitável gasto com a saúde, ou mesmo afastamento do policial. Se as medidas cabíveis contra o estresse não forem providenciadas, pode originar

consequências graves para o indivíduo, visto que deixa o corpo vulnerável para o surgimento de afecções, podendo levar o sujeito a óbito.

Quanto à conduta do policial militar para com a sua família, o número dos que apresentaram descontrole emocional foi de 33,3% e 64,6% não apresentaram. Embora, também, pudesse hesitar que fosse justamente o contrário, devido à maneira de viver que o policial está sendo “forçado”, ou seja, a manter um ritmo de vida agitado, competitivo, agressivo, de se auto-avaliar e ser avaliado, enfim, requerendo deles características da personalidade do tipo “A”, as quais deixam o indivíduo mais predisposto ao estresse e, portanto, ao descontrole emocional. Entretanto, configurou-se o oposto, mesmo sendo significativo o número dos policiais que, usualmente, apresentaram comportamentos explosivos ou de raiva com os filhos e mulher.

Ao mesmo tempo em que a personalidade do tipo “A” é condição necessária para o desenvolvimento do trabalho da polícia – pelas características que este tipo de personalidade apresenta e pelas características do trabalho do militar – ela pode implicar em prejuízos para a saúde psíquica, para a família, a sociedade, e para a Instituição, visto que este tipo de personalidade coloca o sujeito “na porta” do estresse. Assim sendo, as alterações que podem ser ocasionadas no estado emocional do sujeito, como ansiedade, tensão, angústia, insônia, depressão, ira, etc, desencadeadas pelas condições de trabalho, podem incorrer na família, uma vez que ela, normalmente, funciona como uma base de apoio e, neste caso como uma espécie de via de descarga do sofrimento, prejudicando as relações familiares, comprometendo a educação dos filhos, sobrecarregando a mulher com as responsabilidades da casa e dos filhos, gerando preocupações para a família, devido o convívio com uma pessoa que apresenta o estado emocional alterado e, ainda, o esgotamento do militar aliado aos conflitos domésticos reduz a libido, prejudicando a vida sexual do casal, enfim, a desarmonia, a discórdia, os conflitos, as condutas explosivas, de raiva prevalecerá no âmbito familiar.

Entretanto, a descarga destes sentimentos não restringe apenas para a família, a sociedade também é vítima, não sendo raro, a mídia transmitir notícias de militares abusando da sua autoridade, seja com transgressores da lei, seja com cidadãos de bem, chegando à situação de usar inconvenientemente da sua posição de “superioridade” para executar pessoas inócuas ou não. Estas situações desgastam a imagem da Polícia Militar frente à sociedade, resultando em descrédito por esta atividade, não acreditando que ela possa trazer resultados favoráveis e, portanto, a população os agride e os vigia. A consequência para o policial, caso não busque solucionar a quebra da homeostase e, desta forma, contribuir para estes comportamentos perdurem por um longo período de tempo, afetando as relações de trabalho,

familiar e social, poderá ser até de exclusão social, visto que os atinge diretamente. Já para a Instituição, resulta em perdas financeiras, elevação dos gastos com a assistência a saúde, absenteísmo, afastamento do trabalho, entre outros.

Reportando-se a formulação do problema na oportunidade citada na introdução do referido trabalho, onde foram propostos três questionamentos, verifica-se como respostas a estes que a realidade da atividade desenvolvida pelo policial militar é marcada de pressões, as quais são consideradas pelo Regulamento Disciplinar da Brigada Militar, pela rigidez das punições, pelo treinamento, pela relação com a população e com os combatentes e pelo alto risco do cotidiano da tarefa. Constatou-se, também, que o militar não deve exprimir suas ideias e frequências, que deve se submeter constantemente e que ainda há um déficit nos instrumentos elementares de trabalho.

Quanto ao distanciamento existente entre o trabalho prescrito e o trabalho real, percebe-se que o trabalho prescrito do policial militar é baseado numa rígida organização do trabalho, o qual pode ter como consequência o desmoronamento do sofrimento psíquico, refletindo na execução da tarefa, nas relações com os colegas de trabalho e na sociedade e, ainda, afetando substancialmente o desempenho do exercício profissional. Para ocorrer-se desta situação, o policial militar passa a desenvolver estratégias defensivas que possibilitam a sobrevivência no trabalho. De acordo com as pesquisas, as estratégias defensivas incluem: "para de pensar", criação de figuras imaginárias superpoderosas e a violência. As condições de trabalho que o policial militar está submetido também podem levar ao estresse e consequentemente, fazer com que o mesmo tenha atitudes que se oponham ao trabalho prescrito da Organização Militar, uma vez que pode gerar alterações emocionais, comportamentais e físicas, podendo originar conflitos, irritação, lutas corporais, provocações, fragilidade física, dentre outros e, desta forma, recair sobre a instituição, a sociedade e sobre as relações de trabalho e familiar.

Já no que se refere à relação entre saúde mental no trabalho na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho e da Teoria do Estresse, construiu-se com referência ao primeiro que a organização do trabalho pode ser fonte de prazer ou sofrimento. A organização do trabalho pode gerar prazer se permitir uma satisfação entre o modo operacional e a reestruturação mental do indivíduo. Entretanto, uma rígida organização do trabalho pode gerar sofrimento psíquico e para evitar isso o indivíduo cria estratégias defensivas que visam preservar o desempenho do trabalho. Todavia, as estratégias defensivas funcionam como "formações" paliativas, pois não resolve o problema na sua fonte, ou seja, na organização do trabalho, podendo camuflar ou abrandar a percepção de realidade que poderia

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reportando-se a formulação do problema ou oportunidade citada na introdução do referido trabalho, onde foram propostos três questionamentos, verifica-se como respostas a estes que a realidade da atividade desenvolvida pelo policial militar é rodeada de pressões, as quais são ocasionadas pelo Regulamento Disciplinar da Brigada Militar, pela rigidez das punições, pelo treinamento, pela relação com a população e com os combatidos e pelo alto risco do conteúdo da tarefa. Constatou-se, também, que o militar não deve expressar seus medos e fraquezas, que deve se autovigiar constantemente e, que ainda, há um déficit nos instrumentos elementares de trabalho.

Quanto ao distanciamento existente entre o trabalho prescrito e o trabalho real, percebe-se que o trabalho prescrito do policial militar é baseado numa rígida organização do trabalho, o qual pode ter como consequência o desencadeamento do sofrimento psíquico, refletindo na execução da tarefa, nas relações com os colegas de trabalho e na sociedade e, assim, afetar substancialmente o desempenho do exercício profissional. Para escusar-se deste sofrimento, o policial militar passa a elaborar estratégias defensivas que possibilitem a continuidade do trabalho. De acordo com as pesquisas, as estratégias defensivas foram: 'parar de pensar', criação de figuras imaginárias superpoderosas e a violência. As condições de trabalho que o policial militar está submetido também podem levá-lo ao estresse e, conseqüentemente, fazer com que o mesmo tenha atitudes que se oponham ao trabalho prescrito da Organização Militar, uma vez que pode gerar alterações emocionais, comportamentais e física, podendo originar ofensas, conflito, luta corporal, provocações, fragilidade física, dentre outros e, desta forma, recair sobre a Instituição, a sociedade e sobre as relações de trabalho e familiar.

Já no que se refere à relação entre saúde-doença mental no trabalho na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho e da Teoria do Estresse, constatou-se com referência ao primeiro que a organização do trabalho pode ser fonte de prazer ou sofrimento. A organização do trabalho pode gerar prazer se permitir uma adequação entre o modo operatório e a estruturação mental do indivíduo. Entretanto, uma rígida organização do trabalho pode ocasionar sofrimento psíquico e para evitá-lo o trabalhador elabora estratégias defensivas que torne possível o prosseguimento do trabalho. Todavia, as estratégias defensivas funcionam como "ferramentas" paliativas, pois não resolve o problema na sua fonte, ou seja, na organização do trabalho, podendo camuflar ou abrandar a percepção da realidade que produz

sofrimento; Com referência ao segundo, o estresse também pode ser gerado pelas condições de trabalho. Suas sintomatologias física, comportamental e emocional podem ocasionar danos à saúde e prejuízos na atividade profissional.

Partindo-se das investigações sobre o trabalho da Polícia Militar, é possível pensar que está ocorrendo um círculo vicioso para o sofrimento do policial, pois o rigor do trabalho prescrito o conduz para a construção de mecanismo de defesa (violência), que é repudiada expressamente pela sociedade, ocasionando pressões e, conseqüentemente, sofrimento, que o leva a utilizar estratégias defensivas para o prosseguimento do labor, que sofre pressões da Instituição para a realização do trabalho de acordo com as normas, sob castigo de rigorosas punições.

A inflexibilidade da organização do trabalho, a impossibilidade de transformá-lo a partir das necessidades fisiológicas e desejos psicológicos do trabalhador é o primeiro fator que o conduz ao sofrimento psíquico, levando-o a elaborar estratégias defensivas, entretanto, o combate destas, só seria eficaz se o trabalhador tivesse conhecimento da origem e do conteúdo do sofrimento.

Assim, é imprescindível interpretar a manifestação da violência do policial militar com uma maior minuciosidade, para entender a relação da violência com a organização do trabalho. É indispensável que os próprios policiais atentem para necessidade de aprender a ouvir e a transmitir o seu sofrimento, os medos, as fraquezas, angústias, ansiedades, para que haja uma união entre eles frente a uma organização do trabalho que os condicionam para o sofrimento, saindo de um comportamento de passividade para, desta forma, propiciar melhorias no âmbito de trabalho e, portanto, reduzir a violência contra os cidadãos.

As patologias do estresse – este também pode ser resultado do sofrimento originado das condições de trabalho – desencadeia danos à saúde, podendo ocasionar afastamento ou perda do emprego, desequilíbrio pessoal-familiar, constrangimento perante a sociedade e, ainda, estão gerando condutas explosivas ou de raiva com filhos e esposa, conseqüentemente, parecendo que a família está funcionando como uma válvula de escape para a liberação do sofrimento, podendo, também, incorrer nos colegas de trabalho e/ou sobre a sociedade, tornando-se relevante a implantação de programas em prol da saúde física e mental da Polícia Militar, uma vez que está ocasionando sofrimento e interferindo diretamente no trabalho do militar, gerando, também, prejuízos para a Instituição. Não obstante, reafirmar-se mais uma vez a importância de se ter uma atenção especial com relação à organização do trabalho da Polícia Militar, sendo indispensável à revisão do trabalho prescrito desta categoria para a evitação da descompensação psíquica, visto que de acordo com Dejours (1992), é através da

transformação da organização do trabalho e da dissolução dos sistemas defensivos que poderá surgir uma forma de adequar o trabalho ao homem.

Por fim, é possível afirmar que devido às condições e, principalmente, a organização do trabalho da Polícia Militar, os policiais encontram-se constantemente expostos a riscos para sua Saúde Mental. Fato, este, explicitado nas duas pesquisas analisadas, quando fica clara a utilização da violência como estratégia defensiva (prejudicando a sociedade e a si próprio), a qual sempre retorna nos processos administrativos e/ou judiciais gerando mais pressões sobre o policial; e em outros casos, com a incidência do estresse de forte base psicológica expresso através de sintomatologia, como pensamento constante e irritabilidade excessiva; em ambos os casos incidindo sobre a saúde mental do Policial Militar.

_____. *Psicologia Social: estudos contemporâneos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. 237 - 260p.

ASSUNÇÃO, N. N. *Estresse na Atividade Policial*. 1998. 112f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO) - Academia de Polícia Militar da Paraíba, João Pessoa, 1998.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2010, de 12 de janeiro de 1963. 162ª da Independência e 93ª da República. Altera o Decreto-Lei nº 667, de 02 de julho de 1949, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/legislacao/125805/decreto-lei-2010-63>. Acesso em: 17 fev. 2007.

CABRIL, R. M. T. *Estresse: um estudo entre policiais militares da Paraíba*. 2003. 59 f. Monografia (Graduação em Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2003.

CAPOVILLA, F. S. *da. A Ideologia do Trabalho*. São Paulo: Moderna, 1992.

CGDO, W., SAMPAIO, J. I. C., BITOMI, A. H. *Trabalho e saúde mental: indivíduos Trabalho e Sufocamento: uma abordagem interdisciplinar*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 247 - 276p.

DEJOURS, C., ABDOUCHELLI, E., JAYET, C. *Fatores de Trabalho: contribuições da Escola Dejoniana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S. **O que é Trabalho**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

AMADOR, F. S. Trabalho, sofrimento e violência: o caso dos policiais militares. In: SARRIERA, Jorge Casteelá (org.). **Psicologia Comunitária: estudos atuais**. Porto Alegre: Sulina, 2000, 64 – 87p.

ARAÚJO, T. O olhar do sujeito sobre o trabalho que executa: sua percepção sobre os riscos e as tarefas. In: SAMPAIO, Jäder dos Reis (org.). **Qualidade de Vida, Saúde Mental e Psicologia Social: estudos contemporâneos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999, 237 – 260p.

ASSUNÇÃO, N. N. **Estresse na Atividade Policial**. 1998. 112f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO) - Academia de Polícia Militar da Paraíba, João Pessoa, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2010, de 12 de janeiro de 1983: 162º da Independência e 95º da República. Altera o Decreto-Lei nº 667, de 02 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/125805/decreto-lei-2010-83>>. Acesso em: 17 fev. 2009.

CARIRI, R. M. T. **Estresse: um estudo entre policiais militares da Paraíba**. 2003. 59 f. Monografia (Graduação em Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2003.

CARMO, P. S. do. **A Ideologia do Trabalho**. São Paulo: Moderna, 1992.

CODO, W. SAMPAIO, J. J. C. HITOMI, A. H. Trabalho e saúde mental. **Indivíduo Trabalho e Sofrimento: uma abordagem interdisciplinar**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1993, 247 – 276p.

DEJOURS, C. ABDOUCHELI, E. JAYET, C. **Psicodinâmica do Trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.

- DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.
- DELBONI, T. H. **Vencendo o Estresse**: como melhorar as relações para viver. São Paulo: Makron Books, 1997.
- FERNANDES, S. R. P. et al. Trabalho Gerencial e Saúde Psíquica: um estudo sobre estressepsicológico. **Revista Organizações e Sociedades**, v. 4, n. 10. p. 43 – 58. set./dez. 1997.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FILHA, M. de O. F. SILVA, A. T. M. C. Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica: uma abordagem psicossocial. **Revista Conceitos/ADUF**, João Pessoa, v.1, n. 1. p. 102 – 107. jul./dez. 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.
- GÓIS, Lúcia Helena Costa de. **A pesquisa científica/social e sua aplicação no serviço social**. Mossoró: FASSO/UERN, 1996. (texto didático)
- GONÇALVES, H. J. Diagnóstico e estratégias de recrutamento de pessoal para a Polícia Militar de Minas Gerais: o caso de Uberlândia. In: GOULART, Íris Barbosa; SAMPAIO, Jáder dos Reis (org.). **Psicologia do Trabalho e Gestão de Recursos Humanos**: estudos contemporâneos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998, 129 – 147p.
- GUIMARÃES, L. A. M. et al. Prevalência de transtornos mentais nos ambientes de trabalho. **Série Saúde Mental e Trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999, 49 – 57p.
- LEON, L. M. IGUTI, A. M. Saúde em tempos de desemprego. **Série Saúde Mental e Trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999, 195 – 210p.
- LIMA, Cor. J. B. **A Briosa**: a história da Polícia Militar da Paraíba. João Pessoa: PMPB, 2000.
- MAURO, M. L. F. GIGLIO, J. S. GUIMARÃES, L. A. M. Saúde mental do adolescente trabalhador. **Série Saúde Mental e Trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999, 109 – 127p.

MENDES, A. M. (org.). MORRONE, C. F. Vivências de prazer-sofrimento e saúde psíquica no trabalho: trajetória conceitual e empírica. In: BORGES, Livia de Oliveira; FERREIRA, Mário César (org.). **Trabalho em Transição, Saúde em Risco**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002, 27 – 39p.

MENDES, L. R. O trabalho do motorista de ônibus: reflexões sobre as condições de trabalho no transporte coletivo. In: SAMPAIO, Jäder dos Reis (org.). **Qualidade de Vida, Saúde Mental e Psicologia Social: estudos contemporâneos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999, 153 – 180p.

METELLO, V. H. **Comandante Destaca a Responsabilidade Social da Polícia Militar de MT**. Disponível em: <<http://www.secom.mt.gov.br>>. Acesso em: 03 out. 2004.

NETO, M. L. C. **O Papel da Polícia na Integração Social**. Disponível em: <<http://www.pm.ro.gov.br>>. Acesso em: 03 out. 2004.

ROESCH, Silvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHAPKE, G. S. M. Relações de Trabalho e Saúde Mental. **Revista Fragmenta**. Aracaju: UNIT, 1998.

SELYE, H. A. **Stress: a tensão da vida**. São Paulo: IBRASA, 1965.

SOUSA, M. J. L. **Incidência de Estresse na Atividade Policial do 2º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba Sediado em Campina Grande**. 2003. 47f. Monografia (Graduação em Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2003.

SOUZA, E. M. do C. D. de; PATROCÍNIO, M. C. de C. Fatores psicossociais na gênese de atos agressivos de policiais militares. In: SAMPAIO, Jäder dos Reis (org.). **Qualidade de Vida, Saúde Mental e Psicologia Social: estudos contemporâneos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999, 181 – 216p.

SOUZA, R. R. de; GOUVÊA, R. N. de. **A Importância dos Conselhos Comunitários de Segurança**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/oficinas/goias/importancia_conselho_comu.html>. Acesso em: 03 out. 2004.

TITTONI, J. Saúde Mental. In: CATTANI, A. D. **Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico**, Petrópolis: Vozes, 1997.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

WEBER, M. **A Ética Protestante é o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

WIKIPÉDIA. **Fonte Secundária**. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Fonte_secund%C3%A1ria>. Acesso em: 04 nov. 2007.

YOSHIDA, L. A. M. GIGLIO, J. S. Prevenção primária em saúde mental com adolescentes trabalhadores da Universidade Estadual de Campinas. **Série Saúde Mental e Trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999, 129 – 149p.